



30

A N O S

*Desenhando novos caminhos,
superando novos desafios.*



FENACON

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS
CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,
PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS





25 28 31 34 37 40 43 46 49 52 55

PALAVRA DO PRESIDENTE

“Ao longo de três décadas, a FENACON transformou desafios em oportunidades, traçando um caminho de esforço e perseverança para as 63 categorias econômicas representadas”



Em 2021, a FENACON comemorou 30 anos de atividades. Quando foi fundada, em 1991, o cenário era de muitas incertezas. Os obstáculos não eram poucos, mas com muito trabalho e determinação, sempre prezando pelo profissionalismo e pelos interesses dos nossos representados, a Federação se consolidou e hoje desempenha papel fundamental para o crescimento do País, contribuindo, sem medir esforços, com propostas que favorecem o ambiente de negócios e o fortalecimento das 63 categorias econômicas representadas.

Ao assumir a presidência da FENACON, em 2018, deparei-me com uma missão que parecia impossível. A casa estava arrumada, as pautas estavam bem encaminhadas. A dificuldade, desta vez, era responder à altura do brilhante trabalho que vinha sendo feito pelos meus antecessores. Desafio aceito, arregaçamos as mangas e encaramos de frente. E o resultado, fruto de várias jornadas de trabalho em equipe, foi felizmente avançar em várias pautas que contribuem para o setor produtivo brasileiro.

O conteúdo que vocês estão tendo a oportunidade de conhecer neste livro vai relatar de forma bastante ampla a história e a representatividade da FENACON. Histórias de dificuldade, mas também de sucesso, que contribuíram para a evolução institucional da entidade ao longo dessas três décadas de existência.

Nas próximas páginas iremos apresentar, por exemplo, como os sindicatos se aproximaram da Federação, a primeira sede própria, a criação do Instituto FENACON, a aproximação com o Congresso Nacional, o início da certificação digital FENACON|CD, a unificação das logomarcas do Sistema, bem como outras especificidades que marcaram desde os primeiros anos da nossa Federação até os dias atuais.

Boa leitura.

Sérgio Approbato Machado Júnior
Presidente FENACON - Gestão 2018-2022

SUMÁRIO

<i>Homens que calculam</i>	12	<i>O Instituto Fenacon</i>	83
<i>A criação</i>	14	<i>A agenda política e legislativa</i>	88
<i>O registro</i>	23	<i>O grupo de trabalho do eSocial</i>	93
<i>O Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários</i>	24	<i>A anistia às multas GFIP</i>	98
<i>A primeira audiência pública no Congresso Nacional</i>	28	<i>O aplicativo da agenda política e legislativa</i>	103
<i>A primeira sede própria</i>	35	<i>A volta do SESCOB do Rio Grande do Sul</i>	106
<i>Site Fenacon</i>	39	<i>A nova estrutura administrativa</i>	109
<i>O aumento da jurisdição e da integração dos sindicatos</i>	40	<i>O programa de certificado em segurança da informação (CSI)</i>	114
<i>A mudança para Brasília</i>	44	<i>O 1º congresso Fenacon</i>	119
<i>O projeto estruturar</i>	48	<i>As propostas para a desburocratização</i>	120
<i>A certificação digital</i>	53	<i>O Fenaconprev</i>	129
<i>A nova Lei Geral da Micro e Pequena Empresa</i>	58	<i>O Clube +Fenacon</i>	132
<i>A parceria com o SEBRAE</i>	65	<i>A nova identidade visual</i>	135
<i>A Redesim</i>	68	<i>O manifesto contra as empresas de SST no eSocial</i>	138
<i>O Anexo III</i>	73	<i>A liderança para mitigar os efeitos da pandemia</i>	143
<i>A prestação de serviço gratuito no primeiro ano do MEI</i>	76		

HOMENS QUE CALCULAM

30 fatos marcantes nos 30 anos de história da Fenacon, a federação que mudou os rumos da contabilidade no Brasil

Contar é preciso.

O ser humano sempre calculou, numerou, registrou. Nossas mais antigas sociedades já tinham noção de quantidade mesmo antes da invenção dos números e da escrita. Desenhos com estimados 30 mil anos nas paredes de cavernas, como as de Lacaux, na França, mostram imagens de animais ladeadas de pequenos pontos e riscos. Para controlar o tamanho do rebanho, os primeiros pastores usavam também saquinhos com pedras: para cada cabeça, uma pequena pedra – a palavra cálculo, diga-se, vem de calculus, diminutivo de calx, pedra calcária, em latim.

Por tamanha antiguidade do desejo de contar, não surpreende saber que já em 1530, com o surgimento das primeiras alfândegas do Império, os controles contábeis deram o ar da graça no Brasil – com direito ao primeiro contador-geral da nossa terra, Gaspar Lamego, nomeado em 1549. A importância dos guarda-livros, como eram chamados então os contadores, é inequívoca e só cresceu ao longo da história. Hoje, a despeito da invasão de computadores capazes de operar milhões de cálculos por segundo, os contadores seguem fundamentais para a organização e o desenvolvimento de qualquer empresa. A capacidade de coordenar as gestões contábil, fiscal e trabalhista associada a um profundo conhecimento da legislação vigente mantém em elevado patamar os empresários da contabilidade.



Frei Luca Pacioli, que em 1494 publicou, na Itália, um famoso tratado contábil que deu origem à escola italiana de contabilidade.

Os 30 anos da Fenacon, a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, contam um pedaço precioso dessa história. Criada em 26 de abril de 1991, a federação se consolidou como a liderança legítima do setor de serviços – principalmente dos pequenos e microempresários. Seus 37 sindicatos filiados, distribuídos em todos os 26 estados e no Distrito Federal, representam cerca de 400 mil empresas de 63 categorias econômicas. Mais de 20% delas são do segmento da contabilidade e controlam as contas de 98% dos negócios em operação em território nacional.

O setor de serviços representado pela Fenacon gera 2,3 milhões de empregos diretos, soma uma receita bruta anual de R\$ 68,4 bilhões e tem participação de 3,5% no Produto Interno Bruto (PIB). Números impressionantes conquistados em três décadas de lutas por políticas públicas em busca da diminuição da burocracia, da geração de empregos e da redução da carga tributária. Para celebrar esse importante marco da Fenacon, contamos a seguir a história da federação, elegendos os principais marcos dessa trajetória.

#1

A CRIAÇÃO

*Um dia histórico no vale do Anhangabaú,
centro de São Paulo
26 de abril de 1991*

Presidente Anníbal de Freitas

Fim da década de 1980. Um novo capítulo se abre na história do mundo. A queda do muro de Berlim abrevia a Guerra Fria e intensifica a globalização econômica e social. Os computadores diminuem de tamanho e ganham espaço nas mesas de empresas e nas escrivaninhas de residências. A internet, ainda desconhecida, começa a quebrar a casca do ovo. Enquanto as mudanças se acentuam, um grupo de profissionais da contabilidade, percebendo o impacto disruptivo das novidades, reúne-se para pavimentar os próximos passos do ofício. Defendem a necessidade de uma reorganização do setor contábil para fazer frente a um cenário cada vez mais competitivo.

Entre esses empresários destacam-se o paulista Annibal de Freitas, o gaúcho Ivan Carlos Gatti e o carioca Orlando Lima, três figuras proeminentes no universo da contabilidade e com uma longa trajetória classista. Quem conta sobre os movimentos que antecederam a criação da Fenacon é Irineu Thomé, que anos mais tarde se tornaria presidente do Sescon-SP e o segundo presidente da Fenacon.

“Em 1987, durante uma reunião na sede do sindicato das empresas de serviços contábeis do Rio Grande do Sul, começou uma conversa paralela sobre a necessidade de termos uma federação nacional, que falasse em nome de toda a categoria. Nós não tínhamos representação nacional. Os sindicatos estaduais eram filiados às respectivas federações do comércio. Três pessoas se destacaram nessa conversa: o Anníbal, nosso guru em São Paulo, muito ativo na área sindical, o Gatti, do Rio Grande do Sul, que chegou a ser o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, órgão máximo do setor, e o Orlando Lima, então presidente do Sescon do Rio de Janeiro. Nessa reunião chegamos à conclusão de que a federação nacional deveria existir e que sua sede seria em São Paulo. O sindicato paulista já era o mais importante do País, recebia contribuições sindicais e tinha algum dinheiro.”

“Mas não se funda uma federação de um dia para o outro. Em janeiro de 1988 foi feita uma nova reunião, dessa vez em São Paulo, no Hilton, na avenida Ipiranga. Essa reunião, a primeira Convenção Nacional dos Empresários de Contabilidade [Conec], foi coordenada pelo José Serafim Abrantes. Participaram representantes dos sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Distrito Federal. O Gatti formalizou a ideia da criação da federação e o Orlando sugeriu que o Anníbal assumisse a presidência.”



Vale do Anhangabaú

Irineu lembra-se que entre os diversos temas debatidos no encontro, o que mais gerou interesse foi a utilização da informática, ferramenta ainda nova para os contadores naquela final de década.

Dois encontros importantes – já batizados como Conesc (Convenção Nacional das Empresas de Serviço Contábil) – sucederam a reunião do hotel Hilton. Em agosto de 1989, os empresários contabilistas se reuniram em Gramado (RS). O novo sistema sindical, definido pela Constituição Federal de 1988, e debates sobre ética tomaram boa parte das discussões da 2ª Conesc. Em outubro de 1990, o encontro foi em Águas de Lindóia, interior de São Paulo. O Brasil pós-Plano-Collor pautou as conversas que versaram sobre o papel do contador nesse novo momento do País.

Nesta 3ª Conesc, a advogada Maria Arakaki defendeu que, com as novas medidas impostas pelo governo, o contador ganhava e importância e tornava-se uma espécie de conselheiro do empresário. Também palestrou no encontro de Águas de Lindóia o publicitário Roberto Duailibi. Ele destacou a necessidade de as empresas utilizarem as ferramentas de marketing para alavancarem o crescimento do negócio.

Entre os debates propostos nas convenções, as articulações entre os líderes do setor foram solidificando a criação da Fenacon e embasando os termos para sua fundação.



Primeiro computador Apple, 1983

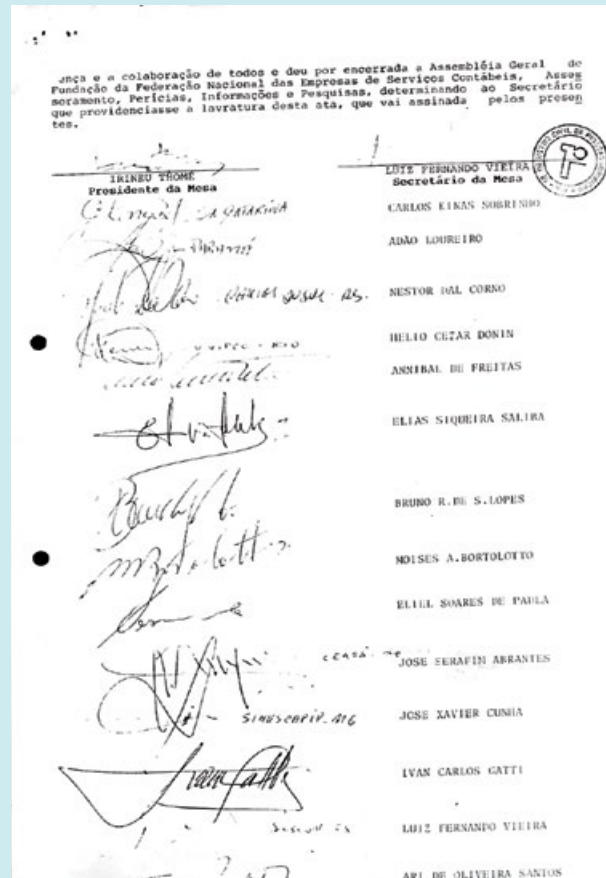
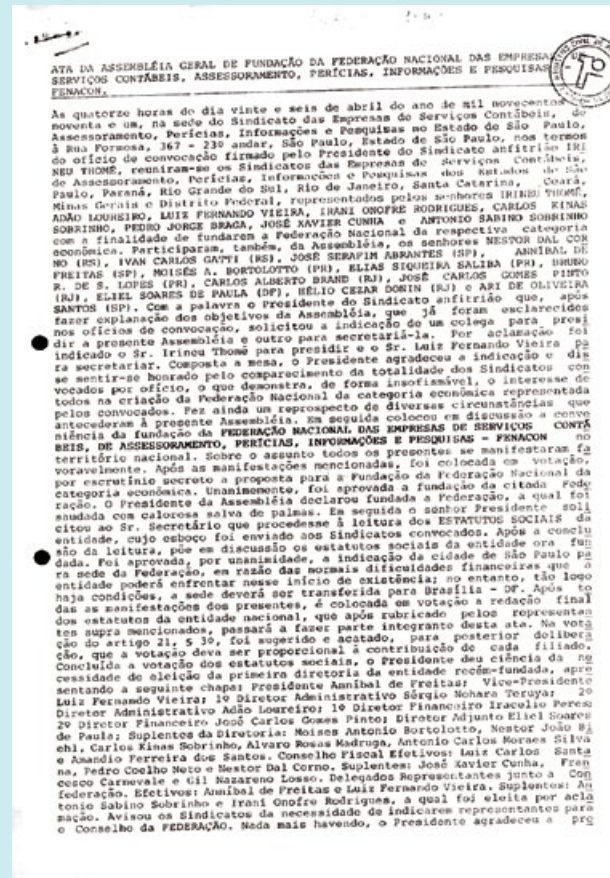
“**Como era necessário um número mínimo de sindicatos para fundar uma federação nacional, os empresários de contabilidade começaram a perceber a importância de abrir sindicatos em seus estados. O Anníbal de Freitas, já como futuro presidente, passou a ajudar muito nesse processo.**”

Irineu Thomé, presidente da Fenacon de 1995 a 1997

Em 26 de abril de 1991, representantes de oito sindicatos estaduais reuniram-se para finalmente dar luz à nova federação. A assembleia começou por volta das 10h na sede do Sescon-SP, no 23º andar do edifício CBI Esplanada, no número 367 da rua Formosa, no Vale do Anhangabaú, centro histórico de São Paulo. Conforme relata a ata de fundação da então denominada Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, acrônimo Fenacon, estavam presentes os sindicatos de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará e do Distrito Federal.

Presente à reunião, Eliel Soares de Paula, à época diretor do Sescon-DF, relembra que, além de um clima de euforia devido à realização de um projeto lapidado durante anos, a reunião realçou o momento de elevada autoestima dos empresários de contabilidade.

“Quando o Gatti foi presidente do Conselho Federal de Contabilidade, de 1990 a 1993, ele mudou o conceito da profissão no Brasil e elevou muito a nossa autoestima. Estávamos próximos da virada do milênio e o Gatti pregava que a contabilidade seria a grande profissão do ano 2000. Ele tinha esse discurso e o fazia de maneira inflamada. Isso fez crescer o nosso movimento, fomentou a abertura de sindicatos nos estados e, de certa maneira, levou à criação da Fenacon. Toda vez que nos encontrávamos em eventos e congressos, discutíamos o projeto da Fenacon. Então, quando chegamos a essa reunião [do dia 26 de abril de 1991], tudo estava costurado. Era só formalizar e tornar oficial. Já saímos com a primeira diretoria constituída e com o Anníbal declarado presidente.”



Ata da assembleia geral da fundação da Fenacon



Prédio do antigo hotel Hilton



Os signatários da ata de fundação tinham ciência, no entanto, que aquele dia histórico era apenas o primeiro de uma jornada longa e repleta de obstáculos. Entre os entraves já previstos, como conta o mineiro Eliel, estava a oposição de entidades classistas incomodadas com a chegada da nova federação.

“Sabíamos que a fundação da Fenacon era o pontapé inicial, que tinha muita briga pela frente. Iríamos enfrentar concorrência de sindicatos e a resistência de federações. O Sescon-SP era um dos maiores sindicatos da Federação do Comércio, um dos maiores em arrecadação. Com a nossa saída, eles perderiam um dos filiados que mais contribuía financeiramente.”

Thomé relata que apesar de a assembleia de fundação ter acontecido em abril de 1991, sua divulgação deu-se somente em janeiro do ano seguinte. O adiamento teria sido um pedido do presidente da Fecomercio, Abram Szajman.

“Nós fomos falar com ele; o Anníbal e eu. Perguntamos se ele iria impugnar a Fenacon. A conversa foi longa. Argumentamos e dissemos que a entidade era de importância fundamental para a categoria. O Abram foi muito receptivo e simpático. Respondeu que não impugnaria, mas pediu para esperar: ‘Vocês façam a sua federação no ano que vem’. Acredito que ele queria manter a receita das contribuições sindicais daquele ano.”





#2

O REGISTRO

*A luta para existir de fato
e dar os primeiros passos
Abril de 1994*

Presidente Anníbal de Freitas

Com a ata e o estatuto em mãos, o passo seguinte foi iniciar o processo de registro da Fenacon no Arquivo das Entidades Sindicais Brasileiras (AESB) do Ministério do Trabalho. “Uma federação sem registro não tem receita, não existe”, diz Eliel de Paula Soares. Conforme o processo burocrático se desenrolava, entidades que se sentiam prejudicadas pela criação da nova federação passaram a pedir sua impugnação.

Era preciso tempo e mobilização jurídica para que os sindicatos contábeis se tornassem livres, pudessem se filiar oficialmente à Fenacon e, conseqüentemente, repassar verbas de contribuições sindicais. Ainda com cofres vazios, a federação montou sua sede em uma sala no escritório de seu presidente, Anníbal de Freitas.

Com a estratégia jurídica hábil e conciliadora adotada pelo presidente e por seu fiel escudeiro, Orlando Lima, todas as impugnações foram derrubadas. Exceto duas: a da Federação dos Agentes Autônomos do Estado do Rio Grande do Sul e a do Sindicatos dos Contadores de Porto Alegre. Somente em 7 de agosto de 1993, após uma exaustiva batalha nos tribunais, o Conselho de Representantes da Fenacon decidiu excluir o Rio Grande do Sul da jurisdição da Fenacon.

Com o fim dos empecilhos legais, a federação conseguiu, em abril de 1994, três anos depois daquela histórica manhã na rua Formosa, seu registro na AESB. Mas ainda era preciso pleitear a filiação na Confederação Nacional do Comércio (CNC), incumbência que coube ao próximo presidente, Irineu Thomé.

Esplanada dos Ministérios

#3

O NÚCLEO PARLAMENTAR DE ESTUDOS CONTÁBEIS E TRIBUTÁRIOS

Uma estratégia sólida para influenciar as decisões do Congresso Nacional 19 de junho de 1996

Presidente Irineu Thomé

Um dos triunfos mais relevantes dos primeiros anos da Fenacon foi a atuação para alterar o Projeto de Lei 913/95, que previa reajustes pesados - de até 280% - na carga tributária das empresas prestadoras de serviço. Os estudos da federação sobre os impactos do projeto foram divulgados em jornais dos quatro cantos do País e ajudaram no aprimoramento da lei. O novo texto, sancionado pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, reduziu em 50% a base de cálculo do tributo.

À época, Irineu Thomé, presidente da Fenacon, disse que a conquista veio após uma série de visitas ao Congresso Nacional para debater e convencer deputados envolvidos no tema, como o relator do projeto, Antônio Kandir.

Publicações sobre o estudo da Fenacon para a alteração do imposto de renda para pessoa jurídica

Imprensa divulga estudo da Fenacon sobre IRPJ

Trechos das principais matérias publicadas

FOLHA DE S. PAULO

Previsão negativa

Irineu Thomé, da federação das empresas contábeis acha que o projeto que modifica o Imposto de Renda cuja forma original deve ser restabelecida pelo deputado Antônio Kandir, será um caos. (...) Segundo ele, o artigo aumentando o IR da Pessoa Jurídica que opta pelo lucro presumido induzirá à sonegação de impostos. As maiores vítimas serão pequenas e médias empresas. **Painel - Folha de São Paulo - 24.10.95**

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Projeto só beneficia as grandes empresas

"As mudanças que o Governo vai adotar na legislação do IR das empresas para o próximo ano vão beneficiar as grandes empresas em detrimento das médias e pequenas". **Diário do Comércio - São Paulo - 22.10.95**

Metrô NEWS

Leão do IR ataca pequenas e médias empresas

"Trata-se de uma distorção tributária muito grande e que a Receita Federal não soube justificar, alegando apenas que dispõe de estudos mostrando o contrário", diz o presidente da Fenacon. **Metro News - 18.12.95.**

a crítica

Pequenas empresas são mais afetadas

"(...) Os estudos sobre essas diferenças foram realizados por Irineu Thomé, presidente da Fenacon. Pela sua análise, as empresas que trabalham com prestação de serviços - e outros setores econômicos - teriam menor carga tributária se fosse mantida a Lei 9065/95". **A Crítica - Manaus - 14.11.95**

O ESTADO DO PARANÁ

Sonegação

"O presidente da Fenacon (...) disse que o projeto de mudança do IR do deputado federal Antonio Kandir vai provocar muita sonegação no País. **O Estado do Paraná - 29.10.95**

O ESTADO DE S. PAULO

Formiga

Devagar e sempre, Irineu Thomé, presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, continua seu trabalho no Congresso. Tenta convencer os parlamentares de que, ao contrário do que afirmou o relator Antonio Kandir, as pequenas empresas terão um significativo aumento da carga tributária por conta do artigo 15 da lei que trata de tributação por lucro presumido para empresas optantes". **O Estado de São Paulo - Coluna Direto da Fonte - Sonia Racy - 26.11.95**

Em campanha

"(...) Segundo o presidente da entidade, Irineu Thomé, a tabela elaborada pelo relator do projeto na Câmara, deputado Antonio Kandir, "é puro surrealismo", uma vez que raciocina ser menor a carga tributária para as empresas que mais imposto pagarem. **O Estado de São Paulo - Coluna Direto da Fonte - Sonia Racy - 20.11.95**

Pequenas empresas vão pagar mais

"(...) Thomé defende uma revisão imediata do projeto, salientando que o artigo que trata da elevação do percentual sobre a receita bruta é o mais polêmico. As suas disposições incidem sobre o cálculo do lucro presumido, adotado pela maioria dos pequenos e médios empresários". **O Estado de São Paulo - 24.10.95**

JORNAL DO COMMERCCIO

Alíquota de 26,6% do IR deve acabar

"Estudos da Fenacon (...) constaram que com a aprovação do Projeto de Lei 913/95 na Câmara, as grandes empresas que trabalham com o sistema de lucro mensal, tiveram uma redução na carga tributária de 40%. Já para as pequenas, a elevação vai até 290% entre as que operam pelo lucro presumido". **Jornal do Commercio - Recife - 14.11.95**

DIÁRIO DO NORDESTE

Pequena empresa pagará mais IR

"Os pequenos e médios empresários serão prejudicados com o projeto de lei do governo que altera a cobrança do IR, alertou hoje o presidente da Fenacon (...)". **Diário do Nordeste - Fortaleza - 21.12.95.**

CORREIO BRAZILIENSE

Projeto de IR Pessoa Jurídica prejudica pequena empresa

"Nos últimos 50 dias, a Fenacon fez esforço desesperado no sentido de levar à Secretaria da Receita e ao deputado Antonio Kandir, relator do Projeto, a rever o artigo 15 que aumenta o imposto de renda da pessoa jurídica optante pelo Lucro Presumido". **Correio Braziliense - 23.10.95**

O POVO

Pesquisa mostra aumento do IR para as pequenas empresas

"(...) para Thomé, que chegou a se reunir com Kandir e Everardo Maciel, secretário da Receita Federal, antes de o projeto ser enviado à Câmara, a proposta de Kandir considerou um regime tributário integrado de pessoa física e jurídica" - **O Povo - Fortaleza - 11.11.95-**

FOLHA METROPOLITANA

Imposto de Renda para as pequenas empresas vai subir até 290%

"A aprovação do Projeto de Lei 913/95, de autoria do deputado Antonio Kandir (PSDB-SP), na Câmara dos Deputados, beneficiou as grandes companhias, que tiveram redução na carga tributária, enquanto as pequenas empresas tiveram um substancial aumento dos tributos. (...) O aumento foi constatado por um estudo feito por Irineu Thomé, presidente da Fenacon". **Folha Metropolitana 14.11.95**

A Notícia

Proposta do governo deve aumentar desconto do IR

"Cálculo feito pela Fenacon mostra que uma empresa com renda bruta mensal de R\$1.000.000,00, pelo sistema de lucro presumido, pagará R\$ 8.750,00 de IR. Com o novo projeto do governo, a partir de janeiro de 96 ela desembolsará R\$ 18.000,00, num aumento de 105,71%. No ramo da prestação de serviços haverá aumento de mais de 280%". **A Notícia - Joinville - 24.10.95**

Encorajados pelo êxito e cientes da força que a Fenacon ganhava, os empresários da contabilidade decidiram criar um grupo para afinar a relação entre as entidades da classe contábil e os legisladores. A criação do Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários (NPECT), oficializada em uma solenidade na Academia de Tênis de Brasília em 19 de junho de 1996, foi iniciativa da Fenacon em parceria com as federações dos contabilistas, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (Audibra).

Thomé conta que a ideia de aproximar empresários da contabilidade e a classe política para amplificar a voz da categoria vinha amadurecendo desde que presidia o Sescon-SP.

“Eu sempre defendi que a gente precisava falar com os políticos, mesmo quando eu era presidente do sindicato em São Paulo. Então o [ex-deputado José Maria] Eymael, de quem éramos muito próximos, sugeriu a criação de um grupo formado por empresários e políticos para estabelecer um intercâmbio de informações técnicas e propor nossas reivindicações ao parlamento.”

Foi a primeira vez na história da contabilidade brasileira que entidades representativas da classe se uniram para apoiar tecnicamente o poder legislativo. A ação fazia-se ainda mais necessária porque, à época, começavam a ser examinadas as propostas de reforma constitucional nas áreas fiscal e tributária.



Pesquisa Fenacon mostrou que o faturamento médio de uma empresa contábil no Brasil em 1996 era de R\$ 15,6 mil. O valor atingia R\$ 19,3 mil no Sudeste e ficava em R\$ 9,6 mil no Centro-Oeste

O NPECT nasceu, portanto, para evitar impropriedades legais que atrapalhassem o trabalho dos profissionais de contabilidade e, no fim das contas, prejudicassem o contribuinte. Os deputados e senadores do grupo passaram a receber de forma sistemática assessoria técnica em matérias que envolviam temas pertinentes à atuação dos contadores: tributos, finanças, auditoria, contabilidade e perícias. Para liderar o núcleo, que largou já com 185 membros entre deputados e senadores, foi convidado o economista e deputado federal Gonzaga Mota, governador do Ceará de 1983 a 1987.

Nomes relevantes do parlamento passaram a ser convidados para dar palestras aos empresários da contabilidade. Um dos eventos promovidos pela NPECT foi um debate com o deputado Delfim Netto sobre a conjuntura econômica brasileira. Cerca de 50 pessoas, entre senadores, deputados e empresários contábeis, reuniram-se no hotel Kubitschek Plaza para ouvir o ex-ministro da Fazenda defender uma mudança de postura do governo em relação às pequenas e médias empresas.

A primeira grande batalha enfrentada pela Fenacon e embasada pelo NPECT foi a defesa do sistema unificado de recolhimento de imposto, o Simples, tema que seria objeto de luta da federação por décadas a fio.

“**A gente fazia visitas ao Congresso, organizava cafés da manhã, realizava palestras. A maioria dos eventos era em hotéis de Brasília, onde os parlamentares moravam. Tudo com a estratégia de criar esse embrião da nossa inclusão no meio político. Até então, contabilidade e política não se misturavam. O Irineu foi muito feliz ao criar o Núcleo Parlamentar. Passamos a ter influência política.**”

Eliei Soares de Paula, presidente da Fenacon de 1998 a 2000

Em paralelo às lutas e conquistas da Fenacon, as convenções organizadas pela federação cresceram e ganharam importância. A 7ª Conesc, de 13 a 15 de agosto de 1997, no auditório do hotel Rio Palace, no Rio de Janeiro, reuniu mais de 700 empresários de 20 estados e 128 municípios – um recorde de público. Prova do prestígio conquistado pela Fenacon foi a participação do ministro da Indústria, Comércio e Turismo, Francisco Dornelles. Em sua palestra, o ministro fez um balanço do Plano Real e deu ênfase à Política de Incentivo à Exportação

#4

A PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO CONGRESSO NACIONAL

O dia em que a classe contábil parou a Câmara dos Deputados 4 de junho de 1998

Presidente Eliel Soares de Paula

A aproximação da federação com deputados e senadores evoluiu de maneira rápida e sólida. O novo presidente do Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários, o deputado federal paranaense Max Rosenmann, vestiu a camisa dos empresários contábeis e estreitou a relação da classe com a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado federal gaúcho Germano Rigotto.

Eliel Soares, o então presidente da Fenacon, conta que no primeiro semestre de 1998, a questão do Simples Nacional era a bola da vez no debate contábil. O sistema de tributação simplificada elaborado pelo governo federal em 1996 facilitou a vida de uma série de categorias, mas deixou de fora tantas outras que poderiam, sem ônus aos cofres públicos, se beneficiar.

“A Receita Federal criou o sistema, mas exceuiu as profissões regulamentadas. Em tese, oficinas mecânicas, cabeleireiros e diversas outras profissões que tinham um conselho ou órgão fiscalizador não se encaixavam nas leis do Simples e precisavam pagar impostos como empresas normais. Nós compramos essa briga e começamos a batalhar pela inclusão de mais atividades empresariais no Simples. Levamos essa discussão ao Núcleo Parlamentar.”

“O tema rapidamente chegou ao gabinete do deputado Germano Rigotto. Como ele tinha que discutir outros assuntos tributários na Comissão de Finanças e Tributação, passou a nos consultar, a debater conosco. Assim, ganhamos a confiança e a simpatia dele e do Rosenmann. Os dois perceberam que nossos anseios eram justificados, que não estávamos ali apenas para defender a nossa classe, mas para ajudar dezenas de categorias e com cálculos que mostravam que a arrecadação não diminuiria com a ampliação do Simples.”

Pesquisa Fenacon realizada em 1998 apontou que 79% das empresas de contabilidade se dedicam apenas à prestação de serviços contábeis. Das demais, 19% também oferecem serviços de advocacia e 10% prestam serviços imobiliários.

Câmara dos Deputados

Partiu de Rigotto a ideia de fazer uma audiência pública no Congresso Nacional com a participação das diversas partes envolvidas na discussão do Simples. Foram convidados, além da Fenacon, parlamentares, a Confederação Nacional do Comércio, entidades empresariais e, claro, representantes da Receita Federal.

“Assim, tivemos pela primeira vez na história uma audiência pública no Congresso para debater assuntos da contabilidade. Foi revolucionário. Nós convidamos todas as entidades de contabilidade do Brasil: sindicatos, conselhos... Enchemos o plenário, o corredor ficou lotado, tinha gente em pé na galeria. Aquilo demonstrou unidade, demonstrou que nós éramos fortes. Os deputados passaram a dar mais atenção à Fenacon, viram que a gente tinha força, que realmente representávamos 80% das empresas brasileiras.”

Eliei Soares, presidente da Fenacon

A ampliação do regime tributário do Simples, conforme demonstrou a Fenacon na audiência, poderia beneficiar 300 mil microempresários, reduziria a informalidade e, conseqüentemente, geraria empregos e aumentaria a arrecadação. Após o encontro, que rendeu notícia nos principais jornais do País, Rigotto elogiou a ação da Fenacon e destacou que o movimento abriu novos canais de diálogos com a Secretaria da Receita Federal: “Temos pontos de convergência: gerar mais empregos e aumentar a arrecadação”.



Inspirada na obra do pintor espanhol Salvador Dalí, a ilustração de Gonzalo Cárcaço na capa da revista Fenacon de abril de 1999, sobre a reforma tributária, evoca as distorções causadas pela fome do leão na realidade do contribuinte e pergunta: “O fim do surrealismo tributário brasileiro?”

Ao longo dos 12 meses seguintes, diversas audiências públicas aconteceram na Câmara dos Deputados para discutir a reforma tributária. A Fenacon sempre esteve presente para defender um modelo justo para o contribuinte. Em 2 de junho de 1999, as entidades nacionais de contabilidade foram convidadas ao plenário para expor suas expectativas: simplificação do modelo tributário, diminuição do número de impostos, redução das alíquotas, mudança do calendário fiscal e inclusão do dever fiscal no currículo escolar.



Em agosto de 1999, os boletins diários da Fenacon, enviados por e-mail, atingem a marca de 2 mil empresários cadastrados



Plenário da Câmara dos Deputados



A elaboração da proposta contou com a participação dos contabilistas Antoninho Marmo Trevisan, Janir Adir Moreira, Marta Maria Ferreira Arakaki e Sérgio Approbato Machado. Ao tomar a palavra durante a audiência, o presidente da Fenacon, Eliel Soares de Paula, defendeu uma maior justiça fiscal no País.

“Convivemos com uma salada tributária, na qual 27 legislações diferentes nos são impostas, com mudanças constantes, estabelecendo assim 27 territórios fiscais dentro de uma mesma nação. (...) Queremos uma carga tributária justa, um sistema simplificado, com redução de alíquotas, sem comprometer a arrecadação e uma justa distribuição dos valores arrecadados, resultando em benefícios sociais a todos. (...) Não estamos aqui para solicitar benefícios ao nosso setor, mas para nos somar àqueles que querem alcançar uma reforma em que todos se beneficiem.”



Mais de 100 pequenos e microempresários participaram de audiência no plenário da Câmara dos Deputados



A 8ª Conesc, realizada em Curitiba em outubro de 1999, reuniu 925 participantes e gerou 7.300 acessos na home page do evento, transmitido ao vivo pela primeira vez

Apesar da luta permeada com o embasamento técnico fornecido pela Fenacon aos parlamentares, a Câmara dos Deputados aprovou, em agosto de 2000, uma ampliação tímida do regime tributário. “Simplesmente decepcionante”, nas palavras da revista Fenacon que tratou do tema. Entre as categorias que pleiteavam a inclusão no Simples, apenas creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental passaram usufruir do benefício.

A despeito da insatisfação com o resultado, a ofensiva bem-sucedida no plenário da Câmara dos Deputados deu credibilidade à Fenacon junto ao setor de serviços. Eliel conta que sindicatos de diversas categorias passaram a andar de mãos dadas com a federação dos contabilistas. “Todos viram que tínhamos força, que tínhamos representatividade, que estávamos capitaneando uma reivindicação de muitas categorias. Então, os sindicatos que queriam aderir ao Simples começaram a nos procurar.”

Esse momento de potência da Fenacon levou a mais uma investida para conscientizar o parlamento da importância do Simples. Em dezembro 2010, os micros e pequenos empresários brasileiros mostraram estar dispostos a prosseguir o combate. Mais de cem representantes de entidades filiadas à federação, apoiados por 15 deputados federais, ocuparam o plenário da Comissão de Economia e Comércio da Câmara. A federação apresentou nova pesquisa que confirmava que a ampliação do Simples não causaria redução da arrecadação – argumento utilizado pela Previdência Social para barrar a ampliação do regime tributário. A luta pelo Simples seguia aberta.



Rua Augusta, São Paulo

#5

A PRIMEIRA SEDE PRÓPRIA

*Fenacon muda-se para a Rua Augusta, no coração de São Paulo
Novembro de 1998*

Presidente Eliel Soares de Paula

O desejo da Fenacon sempre foi fincar o pé em Brasília, centro das decisões políticas do País. Em sua primeira década de vida, no entanto, a federação funcionou em sedes provisórias. Durante a primeira gestão, de 1991 a 1994, o quartel-general dos contabilistas foi uma sala no escritório do então presidente Anníbal de Freitas, em São Paulo. De 1995 a 1998, durante a gestão de Irineu Thomé, mudou-se para uma sala cedida pelo Sescon-SP, na rua Formosa, 367, local da histórica reunião de fundação da federação. Essa mudança permitiu a contratação dos primeiros funcionários.



Entre 1995 e 2000, 96% dos novos empregos foram criados em empresas com até cem funcionários - saldo positivo de 1,4 milhão de novos postos de trabalho, indicando expansão de 26%. Nas grandes empresas, esse saldo foi inferior a 30 mil novos empregos, crescimento de apenas 0,3%.

Foi em novembro de 1998, sob a presidência de Eliel Soares de Paula, que a Fenacon finalmente adquiriu sua sede própria. Durante prósperos anos, o lar da Fenacon foi nos conjuntos 42 e 43 do número 1939 da rua Augusta, a menos de duas quadras da avenida Paulista. Eliel conta que o novo endereço levou a atuação da federação a outro patamar.

“Sempre fomos muito bem tratados na Sescon-SP. Era um espaço fantástico. Mas, querendo ou não, éramos apenas convidados. Tínhamos que reservar a sala de reunião e dividíamos a secretária. Como a gente já tinha receita, já tinha condição de expandir, veio a ideia de alugar uma sede, mas encontramos um imóvel em construção, prestes a ser entregue, cujas parcelas eram equivalentes ao aluguel. Apresentei a proposta para diretoria e foi aprovada.”

“Era um prédio novo, na rua Augusta, próximo da avenida Paulista. Dois conjuntos, 280 metros quadrados. Custou cerca de 400 mil reais, para pagar, acho, em 50 parcelas. Tudo dentro do nosso orçamento. Montamos um projeto maravilhoso, com móveis de primeira, tudo de excelente qualidade. O mais importante é que passamos a poder a ter uma equipe de trabalho, com diretoria administrativa, financeiro, consultoria de comunicação... Passamos a ter sala de reunião e um espaço para receber empresários e políticos. A sede criou uma identificação. Foi fundamental para dar à Fenacon a estatura que ela já merecia.”



Arlinda Thomé, Eliel Soares de Paula e Annibal de Freitas na inauguração da primeira sede própria da Fenacon



Avenida Paulista, São Paulo



Site
Fenacon

#6

**SITE FENACON:
EM MAIO DE 2000,
O SITE DA FENACON
REGISTROU RECORDE
DE ACESSOS. FORAM
5.466 ENTRADAS
DIÁRIAS NA PÁGINA
DA FEDERAÇÃO
NA INTERNET. EM
DEZEMBRO DE
2001, QUANDO FOI
REMODELADO, OS
ACESSOS DIÁRIOS JÁ
ERAM MAIS DE 30 MIL**

#7

O AUMENTO DA JURISDIÇÃO E DA INTEGRAÇÃO DOS SINDICATOS



Youtube
Fenacon

Um sindicato unido e presente em todos os estados do Brasil – menos em um 2001 a 2004

Presidente Pedro Coelho Neto

O cearense Pedro Coelho Neto assumiu a Fenacon em janeiro de 2001 com a missão de aumentar a jurisdição da federação e promover a integração sindical. Em seu primeiro ano de gestão, quando foram constituídos sindicatos no Amapá, no Amazonas e no Acre, todos os estados do Brasil tinham sindicatos filiados à Fenacon – com exceção do Rio Grande do Sul, onde o Sescon local preferiu unir-se à Federação do Comércio.

“Nos três anos e meio de presidência, eu fiz 330 viagens entre idas e vindas – só não fui para o Acre, porque as circunstâncias na época não permitiram. Participei da inauguração de sindicatos em todas as regiões e com o objetivo de integrar os sindicatos, passamos a fazer reuniões de diretoria da Fenacon não apenas na sede, mas também nos sindicatos espalhados pelo Brasil. Isso criou uma união como nunca se tinha visto. Essa união, muito marcante nesse período, foi ajudada porque os vice-presidentes regionais passaram a ser eleitos pelos próprios sindicatos. Isso deu poder a eles.”



Fortaleza, Ceará

A integração citada por Coelho Neto deu-se por meio de uma espécie de jogo desenvolvido pelo seu assessor de política institucional, o administrador de empresas Paulo Veras, também cearense da cidade de Crato. Conforme os sindicatos cumpriam tarefas propostas pela federação, recebiam bandeiras e troféus como premiação. Quem explica é o próprio Veras.

“Não era uma competição entre os sindicatos, mas um estímulo para que cada sindicato se superasse. O sindicato que conseguisse o maior crescimento proporcional em número de associados ganhava mais bandeiras. O mesmo valia para a associação que promovesse mais eventos e que ajudasse os demais sindicatos. A gestão de cada sindicato tinha que mostrar evolução para receber as bandeiras. Isso gerou muito interesse dos sindicatos menores, como os do Centro-Oeste, do Norte e Nordeste. A premiação era feita em festas de confraternização que criaram a família Fenacon. A nossa lógica era que para a federação crescer, todos os sindicatos precisavam crescer juntos.”

“ **O profissional de contabilidade tem papel importantíssimo no cumprimento da LRF já que se espera do contador público o respeito às regras da lei e não é aceitável que ele compactue com desvios no cumprimento do que está previsto.** ”

José Serafim Abrantes, presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em entrevista à revista Fenacon em Serviços de maio de 2001



Facilitador desse processo de aproximar os sindicatos mais distantes foi a reestruturação tecnológica promovida por Nivaldo Cleto, diretor de Tecnologia, desde o início da gestão de Coelho, conforme o presidente escreveu na prestação de contas de seu primeiro ano.

“A primeira grande preocupação foi repensar a estrutura tecnológica e o fizemos mudando todos os equipamentos, adquirindo novos softwares e dotando a entidade de meios de comunicação mais compatíveis com as metas que pretendíamos atingir. Implantamos internet em banda larga, mudamos de provedor, passamos a disponibilizar o Press Clipping diariamente e transformamos o nosso site em portal. Resultado: mais de 35 mil acessos e mais de 7 mil informes enviados diariamente. Criou-se ainda o Fenacon Informa, meio de comunicação com tiragem de 600 exemplares quinzenais.”



No fim de 2001, atendendo a uma reivindicação da Fenacon após uma longa batalha, o Ministério da Previdência voltou atrás e manteve o pagamento da GPS também por meios impressos.

#8

A MUDANÇA PARA BRASÍLIA

*Fenacon fica mais perto
do poder legislativo
2004*

Presidente Pedro Coelho Neto

A mudança da sede da Fenacon para Brasília era uma questão de tempo. Estar nas imediações do Congresso Nacional, onde são tomadas as decisões que mudam os rumos do País, passou a ser uma necessidade para que a federação pudesse acompanhar mais de perto os processos de interesse dos sindicatos filiados. A troca de endereço deu-se em fases. Em outubro de 2001, ainda na gestão de Pedro Coelho Neto, a federação alugou uma sala pequena, cerca de 30 metros quadrados, no Setor Comercial Norte da cidade. O espaço funcionou como uma subsede, em paralelo com o escritório paulista.

No ano final de sua gestão, em 2004, Coelho adquiriu três salas no moderno edifício Via Capital, no Setor Bancário Norte, a menos de três quilômetros da Praça dos Três Poderes. Quando Carlos José de Lima Castro assumiu a presidência da Fenacon, a federação já estava de casa nova. Apesar de morar em São Paulo, o novo presidente aplaudiu a mudança da sede para o Distrito Federal.

“A proximidade da Fenacon com o Congresso Nacional permitiu um debate mais franco com os parlamentares sobre as propostas relativas às áreas fiscal e tributária que estavam em discussão na Câmara dos Deputados e no Senado.”

“**N**ota-se uma total insensibilidade dos nossos governantes. Falta-lhes humildade e sobra prepotência. Vivem num mundo à parte. São incapazes de procurar soluções junto à sociedade organizada.”

Pedro Coelho Neto, presidente da Fenacon (2001-2003), em editorial na revista Fenacon em Serviços de fevereiro de 2002, sobre a sanha arrecadatória do governo

Catedral
Metropolitana,
Brasília



O desenvolvimento da entidade levou Castro a ampliar ainda mais a sede, conforme relatado na revista Fenacon em Serviços de maio de 2007.

“Para enfrentar as novas demandas, a Fenacon adquiriu três novas salas conjugadas, o que significou uma ampliação de 304m² para 450m² em sua sede. Graças a isso, foi possível aumentar o espaço para as reuniões, instalar uma sala para o vice-presidente institucional e outra para os demais membros da diretoria da entidade e, ainda, instalar adequadamente as áreas jurídica e de comunicação. Uma vez adquiridas as novas unidades, fez-se necessária uma ampla reforma, para integrar as antigas instalações e as novas. Finalmente, em 17 de maio de 2007, a Fenacon inaugurou a ampliação de sua sede em solenidade com a presença dos dirigentes dos sindicatos filiados.”



Instagram
Fenacon



Registros da inauguração da nova sede

Registros da inauguração da nova sede

#9

O PROJETO ESTRUTURAR

Os sindicatos em consonância com a estratégia financeira da Fenacon 2004

Presidente Carlos José de Lima Castro

Devidamente instalada na nova sede em Brasília e com sindicatos filiados em todas as regiões do Brasil, a Fenacon percebeu a necessidade de arregaçar as mangas e auxiliar na estruturação desses sindicatos novos, muitos deles ainda sem a organização ideal e sem arrecadação suficiente para manter uma atividade com o nível desejado.

O entendimento veio com a chegada à presidência, em julho de 2004, de Carlos José de Lima Castro, empresário contabilista com sólida trajetória no Sescon-SP, sindicato do qual foi presidente de 2001 a 2003. A experiência no comando do sindicato mais importante do País fazia de Castro a pessoa certa para levar adiante o projeto de dar potência aos sindicatos em cidades distantes. Ao lado do seu vice, Valdir Pietrobon – que também vinha da presidência de um sindicato importante, o do Paraná, o segundo maior do Brasil –, Castro implantou o programa Estruturar. O objetivo era proporcionar ao sindicato as condições para que, em suas regiões, atuassem em consonância com os objetivos estratégicos da Fenacon.

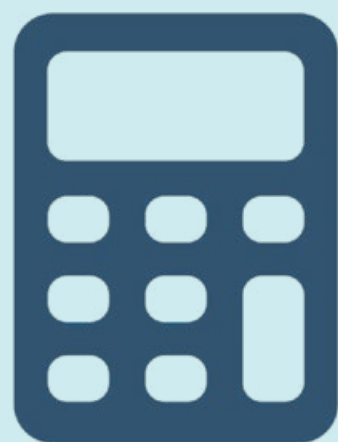


Brasília, Distrito Federal

“A gente idealizou um projeto com os parâmetros ideais para o bom funcionamento de um sindicato. Para começar, tinha que ter sala própria – poderia ser alugada, mas fora do escritório de contabilidade do seu presidente. Era preciso também ter uma secretária com treinamento. Ensinamos uma contabilidade afinada com os padrões da Fenacon, com a maneira ideal de controle de arrecadação, de orçamento, de gastos. Era precisa ter telefone, computador e impressora.”

Pietrobon, que abraçou o Estruturar e viajou Brasil afora para implantá-lo, conta que foi preciso ensinar procedimentos básicos, como a realização de reuniões, a elaboração de atas e a criação de câmaras especializadas nas diversas categorias presentes no sindicato. “Nosso foco era passar conhecimento a esses sindicatos.” Castro resume o sucesso da ideia:

“Desenvolvemos esse modelo e oferecemos aos sindicatos menos estruturados. Todos quiseram, até porque bancamos o investimento, que não precisava ser devolvido se em dois anos o filiado aumentasse a arrecadação para a Fenacon. Deu resultado. Foi só dar um empurrão que o resto andou sozinho, deslançou.”



Segundo dados do Conselho Federal de Contabilidade, em março de 2005, a profissão contábil era composta de 357.908 profissionais, 47% com nível superior.



Centro, Rio de Janeiro



#10

A CERTIFICAÇÃO DIGITAL



Facebook
Fenacon

Fenacon torna-se autoridade habilitada a emitir o documento eletrônico Setembro de 2005

Presidente Carlos José de Lima Castro

Depois da implementação bem-sucedida do projeto Estruturar, Carlos José de Lima Castro iniciou as negociações para tornar a Fenacon uma autoridade habilitada para emitir o Certificado Digital. Esse documento eletrônico, criado pelo governo no começo dos anos 2000, era cada vez mais essencial à época e logo se tornaria obrigatório. Em transações realizadas eletronicamente, ele identifica uma pessoa - física ou jurídica - e garante a autenticidade, a privacidade, a integridade e a inviolabilidade de mensagens e documentos. De uma hora para outra, pendências burocráticas passaram a ser resolvidos pelo computador. Castro já havia implantado o sistema no Sescon-SP, quando presidente do sindicato paulista.

“O Certificado Digital foi um dos principais passos da revolução tecnológica dos últimos tempos. Tornou as transações on-line mais seguras e propiciou ao empreendedor o benefício de resolver diversas questões burocráticas sem sair do local de trabalho. Então nosso primeiro objetivo foi facilitar a obtenção do certificado digital pelos sindicatos filiados à federação. As empresas associadas a esses sindicatos precisavam dessa certificação para começar a operar e podiam recorrer diretamente a eles para conseguir o documento.”

“Os sindicatos se tornaram agentes de registro e se fortaleceram, porque mais empresas passaram a procurá-los atrás dessa facilidade, que permitia maior segurança nas transações e evitava idas e filas na Receita Federal. Foi um ciclo virtuoso. Mais empresas associadas, mais serviços prestados, mais arrecadação.”

O presidente lembra-se que a conquista da habilitação abriu uma nova frente de receita para a Fenacon.

“Fizemos uma parceria com a Certisign, que emitia a certificação e remunerava a federação. Isso aumentou de maneira impressionante a nossa arrecadação. Houve sindicatos que passaram a receber mais verba com a cobrança da emissão do certificado do que com a contribuição sindical, que nessa época, diga-se, já enfrentava uma corrente contrária, pedindo o seu fim.”

“**Nosso trabalho dirige-se, em última instância, aos problemas que afetam diretamente a vida do cidadão brasileiro, como o aumento da carga tributária e o alto índice nos procedimentos de abertura, de baixa e de manutenção de empresas.**”

Carlos Castro, presidente da Fenacon, durante a abertura da 11ª Conescap, de 21 a 23 de setembro de 2005, em Natal (RN)



Audiência no Congresso Nacional



Em entrevista para a revista Fenacon em Serviços, Castro exaltou a questão da segurança proporcionada pelo certificado de digital.

“Sem a certificação digital, pessoas físicas, empresários, bancos e governo hesitavam em utilizar muitos dos serviços hoje facilitados pela rede de computadores. Era como se fosse uma comodidade insegura. Agora, não. Nas operações com a Receita Federal, por exemplo, no Receita 222, passa a ser obrigatória a certificação digital, o que facilitará muito esse relacionamento contribuinte-fisco.”

Em matéria também na revista Fenacon em Serviços de março de 2006, fica evidente o entusiasmo da federação e do mercado em geral com o nascimento do certificado digital.

“O ano de 2006 certamente será um marco para a tecnologia que vai revolucionar o uso da internet no Brasil: a certificação digital. Além de acabar com as pilhas e pilhas de papel, ela promete garantir a segurança necessária ao uso irrestrito da rede de computadores na troca de dados. A nova tecnologia ainda não é conhecida do grande público, mas, segundo os especialistas, já mostrou a que veio. Para se ter uma ideia do potencial dessa tecnologia, vários estados brasileiros deram início à emissão de nota fiscal eletrônica, que, além de criar uma rede de informações, vai contribuir para combater a sonegação do ICMS. Esse procedimento somente é possível graças à certificação digital.”

Na gestão seguinte, do paranaense Valdir Pietrobon, a emissão de certificados digitais disparou. Em entrevista para a revista Fenacon em Serviço, o novo presidente da federação alertou que a área contábil passava por uma transformação tecnológica e pontuou que a Fenacon, ciente de sua liderança na classe contábil, tinha como meta auxiliar seus representados para encarar a nova realidade sem solavancos.

“Por meio dessa conquista, a Fenacon dá início a uma longa jornada que pretende oferecer condições para que esse recurso digital seja uma realidade no cotidiano de todos os micros e pequenos empresários do País.”

“**A Lei Geral das micro e pequenas empresas representa emprego, geração de renda e desenvolvimento econômico e social. Em suma, é genérica, eficiente, custa pouco e não tem contraindicação.**”

Carlos Castro, presidente da Fenacon, em editorial em defesa da Lei do Simples, na edição 112, de novembro de 2005, na revista da federação



Pesquisa feita pela Fenacon com os sindicatos filiados no primeiro semestre de 2006 revelou que o tempo médio gasto para abrir uma empresa no Brasil é de 50 dias e não de 152 dias, como havia apontado relatório do Banco Mundial. Com 124 dias, Alagoas mostrou-se o estado mais lento. Tocantins, com 20 dias, o mais célere.

A expectativa da federação era emitir mais de um milhão de certificados em 2008. Para alcançar a meta, a entidade tinha algumas cartas na manga, conforme contou à revista Carlos Roberto Victorino, diretor de Tecnologia e Negócios da federação à época.

“A capilaridade do Sistema Fenacon nos permite atender de imediato todos os pontos mais distantes do Brasil. Nossa rede facilita o deslocamento do usuário aos pontos de atendimento. Além disso, nossos custos operacionais são muito menores que os da concorrência, possibilitando praticarmos preços bem mais acessíveis. Hoje existem postos de atendimento em quase todos os sindicatos filiados à Fenacon. (...) Cada sindicato será responsável administrativa e tecnicamente por suas ações na emissão. A rede Fenacon terá preços com desconto para filiados e seus clientes, que podem variar entre 11% e 25%. Temos o melhor preço, o melhor atendimento e um período maior de validade dos certificados. Esses fatores devem ser considerados no momento da aquisição.”

Carlos Roberto Victorino, diretor de Tecnologia e Negócios da Fenacon em 2008

#11

A NOVA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA



Leia o
QR Code

*Federação lidera os passos finais para
aprovação do Simples
14 de dezembro de 2006*

Presidente Carlos José de Lima Castro

A caminhada da Fenacon em busca de um ambiente saudável e justo para as micro e pequenas empresas ganhou um impulso importante em 2005. Em abril daquele ano, foi criada a Frente Empresarial pela Lei Geral. Apadrinhada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a aliança reuniu gigantes como a Fenacon e as quatro maiores confederações nacionais: da indústria (CNI), do Comércio (CNC), da Agricultura (CNA) e dos Transportes (CNT).

Uma marcha a Brasília entregou a proposta defendida pela frente aos presidentes da República, do Senado e da Câmara dos Deputados. “Desde a criação da Fenacon, com ênfase no trabalho do Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários (NPECT), nós tivemos uma participação muito forte nas discussões para o desenvolvimento dessa primeira lei”, lembra Carlos Castro, presidente da federação à época. Após idas e vindas no Congresso Nacional, em 14 de dezembro de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a Lei Complementar 123/2006.

A nova lei consistia em um conjunto de normas que determinam tratamento diferenciado, simplificado e favorecido aos pequenos empresários brasileiros. Ficou mais simples pagar impostos, obter crédito, ter acesso à tecnologia, exportar, vender para o governo e inscrever-se no mercado formal. Com menos burocracia e mais oportunidades, os micros e pequenos empresários aumentaram sua renda e puderam gerar mais empregos.





Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgados na revista da Fenacon de janeiro de 2007 revelaram que o setor de serviços cresceu 83% entre 1999 e 2003 – somente nesse último ano, o setor movimentou uma receita de 326 bilhões de reais. Segundo a pesquisa, das 900 mil empresas que compõem o setor, 96,6% são pequenas, com até 19 pessoas funcionários. No mesmo período, 90,3% dos investimentos diretos estrangeiros recebidos pelo Brasil foram para o setor de serviços. O segmento empregou, em 2003, cerca de 7 milhões de trabalhadores formais, número superior ao da indústria e do comércio.

O projeto, considerado um avanço para o processo de reforma tributária no País, instituiu o chamado Simples Nacional, que unificou oito tributos federais, estaduais, municipais e previdenciários: IRRF, CSLL, COFINS, PIS, IPI, INSS, ICMS e ISS. Matéria na edição 121 de julho de 2007 da revista Fenacon esclareceu que além de simplificar o recolhimento dos tributos, o Simples Nacional previu a isenção para as exportações, permitiu o desconto dos tributos pagos antecipadamente por substituição tributária e do ISS retido na fonte e reduziu as obrigações fiscais acessórias exigidas de microempresas e de empresas de pequeno porte. Para poder usufruir esse benefício, a empresa precisava obedecer aos limites de faturamento.

As novas regras visaram incentivar o registro de novas empresas para reduzir a informalidade e gerar novos empregos com carteira assinada. Segundo números divulgados pelo governo, a simplificação do sistema de pagamentos levaria a uma redução de impostos de 12% a 67%, conforme o faturamento da empresa inscrita.

Lei Complementar 123/2006

Art. 12.

Fica instituído o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Art. 13.

O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;

II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

V - Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

VI - Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dedique às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar;

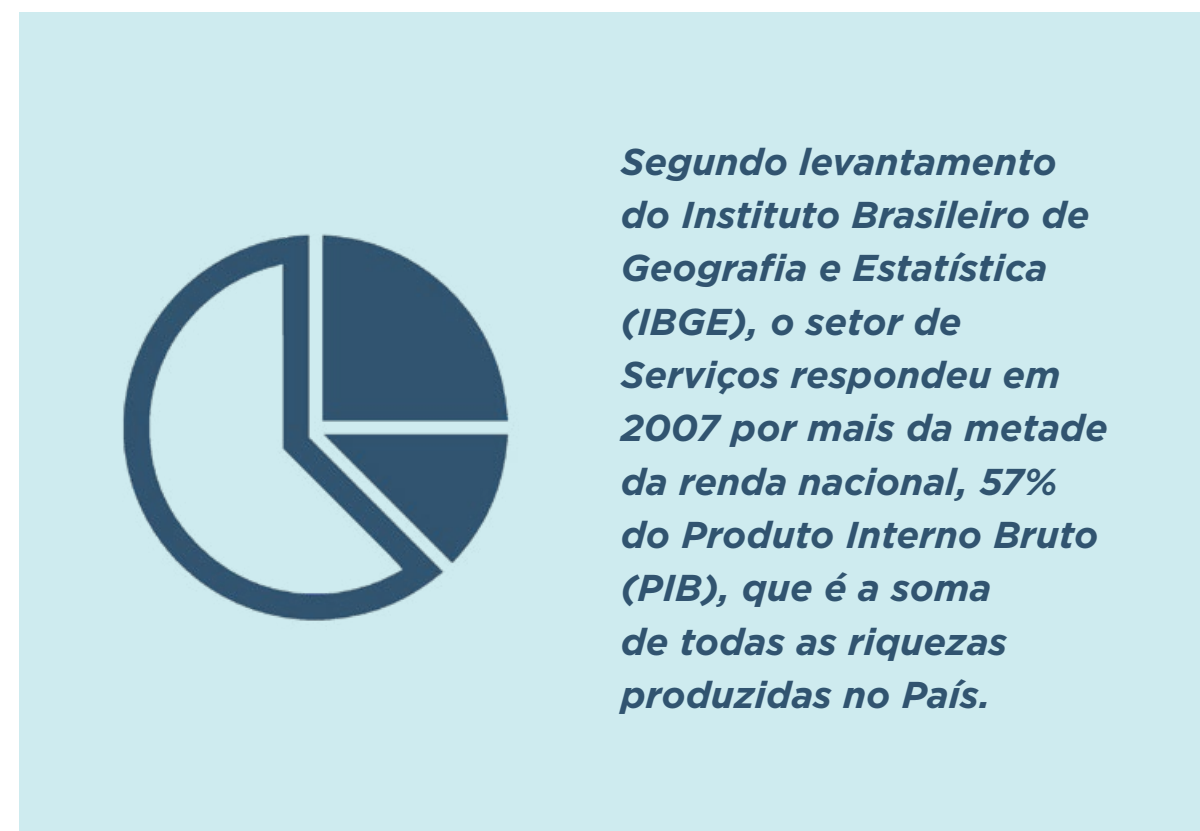
VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

VIII - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

A aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa engloba duas das principais lutas da Fenacon: a desburocratização e a redução da carga tributária. Por isso, tamanho empenho da federação em aperfeiçoar o anteprojeto e validar o projeto de lei. O processo de negociação entre os partidos políticos e o governo, diga-se, foi árduo e longo e exigiu das entidades representativas do setor muito trabalho no Congresso Nacional. A semente plantada lá atrás, em 1996, com a implementação do Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários, dava um de seus frutos mais importantes.

Durante o processo de tramitação do projeto, a diretoria da Fenacon manteve audiências com todos os interlocutores políticos ligados à discussão: o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), relator do projeto; o presidente da Comissão Especial, deputado Carlos Melles (PFL-MG); o interlocutor da Câmara com o governo federal, deputado José Pimentel (PT-CE); o então presidente da Câmara dos Deputados, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP); e com os líderes dos partidos nas duas Casas legislativas.

Lançado em março de 2007, no Salão Nobre do Congresso Nacional, o livro Lei Geral da Micro e Pequena Empresa - A história de uma lei que veio fazer História, publicado pelo Sebrae Nacional, conta como foi o processo de mobilização empresarial e política para aprovação da lei. As participações de Castro e Pietrobon na publicação evidenciam a importância da Fenacon no processo. No livro, Castro defende que contador deve ser tratado como ferramenta de gestão e que quando deixar de ficar sobrecarregado com atividades repetitivas e burocráticas poderá prestar verdadeiro assessoramento ao cliente.



Leia o QR Code



Paraty, Rio de Janeiro



Leia o
QR Code

#12

A PARCERIA COM O SEBRAE

*Convênio entre Fenacon e a entidade
treina milhares para difundir a Lei Geral
Junho de 2007*

*Presidentes Carlos José de Lima Castro
e Valdir Pietrobon*

“Foi aí que a Fenacon explodiu e ficou conhecida no Brasil inteiro. Quando a Lei Geral foi aprovada, nos unimos com o Sebrae e começamos a treinar pessoas para disseminar o conteúdo da nova lei aos empresários contábeis em todas as regiões do País.”

Quem conta sobre a parceria da federação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é Valdir Pietrobon, presidente da Fenacon no ano seguinte à assinatura do convênio. O objetivo era fazer com que o Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar 123/2006), mais conhecido como Lei Geral, não ficasse apenas no papel. Em entrevista à revista da Fenacon, Paulo Okamoto, diretor-presidente do Sebrae, revelou o receio de que os empresários, por desconhecimento, deixassem de usufruir dos benefícios da nova lei.

“Essa é uma tarefa gigantesca, mas necessária, pois os brasileiros correm esse risco, de ficar sem conhecer a lei. Seria o mesmo que morrer na praia: a gente lutou tanto e fez uma lei corajosa, inovadora, e depois seus benefícios não serem aproveitados por desconhecimento. Não permitiremos que isso aconteça. Por isso, firmamos esse convênio”.

A luta da Fenacon pela inclusão das empresas de contabilidade no Anexo III

- ***28 reuniões com parlamentares e ou representantes do poder executivo***
- ***29 mobilizações, acompanhadas de material publicitário***
- ***10 cartazes e bottons pedindo a aprovação da matéria***
- ***Oito folders***
- ***Cinco cartas direcionadas a todos os representantes do parlamento***
- ***Quatro faixas solicitando a aprovação da proposta***
- ***Cerca de 300 inserções do assunto no press clipping Fenacon***
- ***Sete matérias em edições da Revista Fenacon***

Também à revista Fenacon, Carlos Castro, presidente da federação quando da assinatura do convênio, disse que a parceria representa uma ferramenta singular para atingir o maior número de pessoas interessadas em aprender sobre a nova lei.

“O Sebrae tem a missão de popularizar a Lei Geral, mas somos nós, os empresários contábeis, que estamos presentes em todos os municípios, distritos e bairros de todas as cidades brasileiras. Portanto, essa reunião de forças é estratégica. Temos um mesmo foco de ação e juntos vamos atingir um público ao qual jamais conseguiríamos chegar se trabalhássemos separadamente. (...) Os pequenos empresários, especialmente aqueles que estão na informalidade, somente terão oportunidade de usufruir os benefícios da Lei Geral, se conhecerem o seu conteúdo. (...) Não se trata apenas de uma lei de tributos, mas de um instrumento de geração de negócios e, conseqüentemente, geração de riquezas”.

A primeira fase do treinamento começou com a capacitação de 120 instrutores – a divisão destes por região foi definida de forma proporcional ao de empresas contábeis e escritórios individuais existentes nos estados. Na fase seguinte, Fenacon e Sebrae distribuíram 100 mil kits compostos de cartilha, folders e cartaz. No total, foram treinadas 37 mil pessoas, das quais 32 mil empresários contábeis e mais 5 mil indicados pelo Sebrae. Para chegar a esse número foram necessários, aproximadamente, mil treinamentos de 16 horas cada nas 409 cidades escolhidas. Na terceira e última fase, a parceria atualizou apostilas e cartilhas, aperfeiçoou o programa FAQ (perguntas e respostas) e colocou no ar um portal específico sobre a Lei Geral.



Leia o QR Code

Pietrobon conta que o Sebrae entrou com a verba e a Fenacon cuidou de toda a parte operacional. Ficaram a cargo da Fenacon e dos sindicatos filiados a definição da agenda de treinamentos, a infraestrutura e as estratégias de mobilização. “Lembro que treinamos mais pessoas do que o previsto, em um tempo menor do que o planejado e não gastamos todo o dinheiro disponível. Foi uma parceria de sucesso que deu força a muitos empresários brasileiros.”

A empreitada bem-sucedida levou a uma nova parceria em julho de 2009. Entre as metas do novo convênio, estava o treinamento de mais 15 mil empresários sobre as alterações ocorridas na Lei Geral, como a criação da Redesim e do Microempreendedor Individual (MEI). À época, Pietrobon disse que era um orgulho para a Fenacon poder contribuir com o desenvolvimento empresarial do País.



Leia o QR Code

Na 12ª Conescap, em Foz do Iguaçu, de 17 a 19 de outubro de 2007, a Fenacon lançou uma campanha pela ética no Brasil. O movimento foi batizado de: Mude o Brasil. Comece por você. No evento foram distribuídas camisetas com a frase “A ética começa por nós”.



Evento Ética pelo Brasil

#13

A REDESIM



Leia o
QR Code

*Com decisiva participação da Fenacon,
projeto reduz a burocracia para
empresários brasileiros
Novembro de 2007*




Presidente Valdir Pietrobon

Ainda sob os ventos da aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, os empresários brasileiros puderam comemorar mais uma vitória contra a burocracia no País. Em 6 de novembro de 2007, após muito trabalho da Fenacon nos bastidores, passou pelo crivo do Senado Federal o projeto que criou a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios. Ao integrar órgãos federais, estaduais e municipais e interligar todos os processos por meio de sistemas informatizados, a Redesim, como o projeto passou a ser chamado, reduziu ao mínimo necessário os principais entraves burocráticos para ações como a abertura e o fechamento de empresas. Com a medida, esse prazo caiu para 15 dias.

A Fenacon, principalmente na figura de seu presidente, Valdir Pietrobon, que havia assumido a federação em julho de 2007, participou de perto da formação do anteprojeto de lei, sempre com sugestões para aprimorar o texto. Acompanhou a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados e enviou cartas a todos os deputados com pedido de apoio para aprovação da medida. A federação participou de audiências com o relator da matéria na Câmara, o deputado Sandro Mabel (PR-GO), para destacar a importância da proposta para os empresários do Brasil. Conquistada a aprovação na Câmara dos Deputados, a Fenacon, sob o comando de Valdir Pietrobon, deu continuidade ao trabalho, dessa vez no Senado Federal, sempre com o objetivo de mostrar que a medida simplifica a vida do empresariado brasileiro e impulsiona o desenvolvimento econômico e social do País.



O crescimento do uso da tecnologia nas micro e pequenas empresas brasileiras

	1998	2008
 Computador	16%	75%
 Celular	42%	91%
 Internet	7%	71%

Pesquisa As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) realizada pelo Sebrae - SP



Leia o QR Code

Em 2007 foram arrecadados R\$ 921 bilhões em impostos no Brasil. À época, com esse valor, seria possível realizar qualquer um destes investimentos

Construir 68.222.222 casas populares de 40 m²

Construir 76.750.000 salas de aula equipadas

Construir 11.512.500 km de redes de esgoto

Construir 1.253.061 km asfaltado de estradas

Pagar 2.423.684.211 salários-mínimos

Fornecer 9.694.736.842 Bolsas Família

Comprar 5.756.250.000 cestas básicas

Comprar 13.157.143 ambulâncias equipadas

Construir 19.595.745 postos policiais equipados

Construir 3.669.323 postos de saúde equipados

Comprar 41.042.781 carros populares

Contratar 65.785.714 policiais por um ano

Fornecer medicamentos para toda a população

do Brasil por 34 anos

Contratar 79.396.552 professores do

Ensino Fundamental por um ano

Fornecer cestas básicas para toda a população

brasileira por 30 anos

A contribuição da Fenacon na elaboração e aprimoramento da Redesim começou em 2004, quando, a convite dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e da Fazenda, a Federação participou do seminário Simplificação e Racionalização do Registro e da Legalização de Empresas. Desse encontro, saiu a ideia de como deveriam ser os procedimentos de abertura, manutenção e baixa de empresas no Brasil. Desde então, o presidente e o vice-presidente da Fenacon passaram a se reunir diversas vezes com representantes do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), para discutir a elaboração da matéria.

À revista da Fenacon quando da aprovação do projeto, Pietrobon mostrou-se estar gratificado com a conquista e disse que a Redesim não busca atender somente às reivindicações de micros e pequenos empresários, mas de todo o segmento empresarial brasileiro.



Leia o
QR Code

#14

O ANEXO III

Para muitos, a conquista mais importante da história da Fenacon 1º de janeiro de 2009

Presidente Valdir Pietrobon

Foi no 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, em Gramado (RS), de 24 a 28 de agosto de 2008, que a Fenacon celebrou uma das maiores conquistas de sua história: a inclusão das empresas de serviços contábeis no Anexo III da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O martelo foi batido pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em conversa com o presidente da Fenacon, Valdir Pietrobon. Conforme descrito na revista da federação de setembro daquele ano, o presidente foi “ovacionado, de pé, por todos os presentes no evento”.

Com a entrada no Anexo III, os escritórios de serviços contábeis pularam para uma nova tabela de pagamento de tributos a partir de 1º de janeiro de 2009. “Reduziu à metade do valor de imposto previsto na Lei nº 123/2006 e de forma mais simplificada”, disse à época o deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR), um dos parlamentares mais atuantes para aprovar a mudança. Em editorial na revista da Fenacon, Pietrobon escreveu: “É um justo incentivo a uma das classes que mais colaboram para o desenvolvimento nacional”.

O presidente da federação conta que no congresso gaúcho, Lula, convencido da importância da inclusão das empresas contábeis no Anexo III, pediu a ele em uma conversa reservada uma contrapartida para que a mudança avançasse. Pietrobon pensou rápido e, em nome dos contabilistas, ofereceu gratuitamente a legalização dos microempreendedores individuais, os MEIs, também criados pelo governo nesta mesma lei. “Só isso?”, teria perguntado Lula. Rápido novamente, Pietrobon sugeriu que as empresas de contabilidade fizessem de graça a primeira declaração de imposto de renda dos novos microempreendedores. “Combinado. Vocês estão no Anexo III”, respondeu o presidente.

A contrapartida oferecida pela Fenacon nada mais foi do que o exercício da função social da federação de combater a informalidade, auxiliando os cerca de 10 milhões de trabalhadores brasileiros que à época trabalham à margem de seus direitos previdenciários e que, a partir de julho de 2009, ganhariam o título de microempreendedores individuais. Apesar da vitória fantástica, Pietrobon revela ter recebido reclamações de empresas que, a despeito da redução tributária, não gostaram das contrapartidas. “Diziam que não eram entidades filantrópicas.”

No entanto, Pietrobon liderou uma importante campanha que mobilizou os empresários contábeis a se engajarem na entrega da contrapartida.

Em editorial na edição de dezembro de 2008 da revista da Fenacon, Pietrobon trata o Anexo III como a vitória mais significativa da federação. “Desde o início de sua tramitação no Congresso Nacional, a Fenacon, ciente de seu papel como representante do setor empresarial de serviços, lutou incansavelmente para que todas as alterações na referida legislação beneficiassem o país como um todo.”

Dias depois da aprovação, o deputado Arnaldo Faria de Sá, importante voz em defesa da Lei Geral e da inclusão da classe contábil no Anexo III, elogiou a postura da Fenacon durante o processo.

“A Fenacon representou todo o sistema contábil nesse processo. Foi uma luta importante, constante e permanente. O Valdir Pietrobon foi fundamental na interação com os parlamentares, tanto na Câmara quanto no Senado, para que nós tivéssemos esse grande avanço. Sem dúvida nenhuma, podemos comemorar essa vitória juntamente com todos os companheiros do sistema contábil.”



Custos para manutenção de empregados

(Estimativa da Organização Internacional do Trabalho, tributada em cima do salário nominal dos trabalhadores)






	Estados Unidos	140%
	Coréia do Sul	141%
	China	150%
	Chile	156%
	Brasil	185%

Tabela publicada na edição de janeiro de 2009 da revista da Fenacon



Imagens de eventos que debateram a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

#15

A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO GRATUITO NO PRIMEIRO ANO DO MEI

Federação protagoniza um dos maiores programas sociais da história do Brasil
1º de julho de 2009

Presidente Valdir Pietrobon

“O empreendedor individual é o maior projeto de inclusão social do País. Por isso, acredito que devemos fazer a formalização não apenas por constar na lei, mas sim por uma questão de contribuir com o desenvolvimento do Brasil.”

Como explicitado nessa fala de Valdir Pietrobon, presidente da Fenacon, durante o processo de inclusão dos empresários contábeis no Anexo III, a federação vestiu a camisa dos microempreendedores individuais, os MEIs. Em editorial escrito na edição de junho da revista da Fenacon, abaixo reproduzido quase na íntegra, Pietrobon voltou a defender a medida e convocou a classe contábil a se alinhar na empreitada.

“Em 1º de julho entra em vigor aquele que avalio como o maior projeto de inclusão social do país: o empreendedor individual. Para se ter uma ideia, hoje são cerca de 11 milhões de brasileiros atuando na informalidade e que, a partir desta data, terão a oportunidade de ter todas as vantagens e benefícios que um cidadão deve ter. Não apenas isso. Serão mais de 11 milhões de trabalhadores que poderão exercer a sua cidadania. Terão finalmente acesso a produtos diferenciados, à legalização de seus empreendimentos, à oportunidade de uma aposentadoria digna. E nós, representantes do setor empresarial contábil, teremos uma grande incumbência pela frente: formalizar esses empreendedores.”



“Agora, porém, é hora de trabalhar. E trabalhar muito. O papel dos empresários contábeis será fazer, gratuitamente, o registro do Empreendedor Individual e a primeira declaração anual de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) da categoria que, a partir disso, poderá desfrutar dos benefícios previdenciários como aposentadoria, seguro por acidente de trabalho, licença-maternidade, dentre outros. Sabendo disso, a Fenacon, que trabalhou incansavelmente pela inclusão no Anexo III, do Simples Nacional, vai trabalhar da mesma forma para tornar esse grande projeto um sucesso. Não tenho dúvidas de que nós, empresários contábeis, teremos a oportunidade de protagonizar um grande trabalho social. Estaremos à frente de um projeto que levanta uma das bandeiras que sempre defendemos: a redução da informalidade.”

A 13ª Conescap aconteceu em Goiânia entre os dias 14 e 16 de outubro de 2009. O evento reuniu 2 mil pessoas e teve como tema central a gestão do conhecimento e do social. O jantar de confraternização contou com show do cantor Leonardo.



13º CONESCAP



13º CONESCAP

O empreendedor individual foi uma inovação no sistema tributário brasileiro criado a partir da Lei Complementar nº 128. É uma nova faixa de enquadramento do Simples Nacional para formalizar empreendedores que faturam até uma determinada quantia (R\$ 36 mil por ano, na época de sua aprovação) e têm somente um empregado. O Ministério da Previdência Social prometia a formalização do empreendedor individual em até meia hora e com custo zero para o trabalhador.

As empresas de contabilidade, como contrapartida à inclusão da categoria no Anexo III, responsabilizaram-se por prestar informações sobre a nova categoria empresarial e assessorar o empreendedor até a formalização completa do negócio. Coube a elas auxiliar os novos empreendedores individuais no processo de constituição das empresas em todos os órgãos competentes, tais como Juntas Comerciais, órgãos estaduais e Receita Federal, entre outros.

Para facilitar o acesso aos escritórios contábeis, a Fenacon disponibilizou em seu site a lista das mais de 18 mil empresas optantes pelo Simples Nacional, que seriam responsáveis por fazer o atendimento aos novos empreendedores. A federação e os sindicatos que compõem o Sistema Sescap/Secon produziram 25 mil cartazes e 100 mil cartilhas para orientar os empresários no atendimento aos empreendedores, além de cartilha eletrônica. “Estamos desenvolvendo todos os produtos necessários para o total esclarecimento da nossa classe. Tenho certeza de que, ao procurar um escritório contábil filiado ao Sistema Fenacon, o empreendedor individual terá todo o suporte para se formalizar”, afirmou Pietrobon à época.



Guilherme Afif Domingos

“ **O** MEI terá um impacto social formidável, já que esses trabalhadores terão acesso a crédito, aumentarão sua renda, contribuirão para geração de empregos. Para a Previdência será muito positivo, porque essas pessoas passarão a contribuir. Ele vai se tornar uma pessoa incluída nos planos de proteção social. ”

Guilherme Afif Domingos, então secretário do Emprego e Relações do Trabalho de São Paulo, em entrevista à revista da Fenacon de janeiro de 2009

Taxa de sobrevivência das empresas no Brasil

	Ano de constituição da empresa				
	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de sobrevivência sem MEI	54%	52,3%	55,6%	55,3%	58,4%
Taxa de sobrevivência com MEI	54,2%	55,4%	76,2%	75,8%	76,6%

Evolução da Lei Geral nos primeiros anos

	Empresas participantes	Compras governamentais
2006 (antes da Lei Geral)	1,33 milhão	R\$ 2,4 bi
2007	1,95 milhão	R\$ 10,03 bi
2008	2,92 milhões	R\$ 8,49 bi
2009	3,87 milhões	R\$ 14,6 bi



LinkedIn
Fenacon

#16

O INSTITUTO FENACON

*Um caminho em busca da educação,
da assistência social e da facilitação
ao acesso ao certificado digital
24 de fevereiro de 2010*

Presidente Valdir Pietrobon

As conquistas da Fenacon para a classe contábil, como a inclusão da categoria no Anexo III da Lei Geral e a solidificação do processo de certificação digital, além da impressionante postura de apoio dos empresários de contabilidade na implementação dos microempreendedores individuais (MEIs), colocaram a federação em outro patamar na sociedade brasileira. A Fenacon cresceu e tornou-se ainda mais relevante no desenvolvimento econômico do País.

Mais do que um desejo dos dirigentes, esse novo momento requeria uma expansão das atividades da instituição. No início de 2010, o presidente Valdir Pietrobon, que viria a ser reeleito em maio daquele ano para um segundo mandato, pensou grande e decidiu criar o Instituto Fenacon (Ifen). O objetivo era ampliar o leque de atuação da federação com um braço que alcançasse as áreas de filantropia, beneficência e assistência social.

O instituto começou dividindo espaço físico com a sede da Fenacon, no Setor Bancário Norte, mas logo ganhou sede própria, de 900 metros quadrados, na cidade de Águas Claras, perto de Taguatinga. Sem fins lucrativos, veio para, entre outras finalidades, implementar políticas setoriais de governo, promover o desenvolvimento econômico e social, combater a pobreza, prestar assistência jurídica gratuita, fomentar pesquisas científicas e buscar a inserção e a integração de pessoas no mercado de trabalho.



Inauguração da sede do Instituto Fenacon

As duas principais crias do Ifen, logo após a sua fundação, foram a Fenacon Certificação Digital e a universidade corporativa UniFenacon. O certificado, é verdade, já era grande conhecido da federação. O instituto veio com o intuito de ampliar para o maior número de empresários brasileiros o alcance dessa ferramenta fundamental. O credenciamento oficial do Ifen como Autoridade Certificadora (AC) habilitada pela Receita Federal aconteceu no dia 24 de fevereiro pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI).

“**Não podemos mais adiar a Reforma Tributária, que é urgente e necessária. E acredito que uma das ações mais contundentes a tomarmos a partir de agora é a criação do Ministério das Micro e Pequenas Empresas. Temos de lutar por um órgão de representação próprio no âmbito federal, que avalie políticas públicas diferenciadas para as cerca de 97% das empresas constituídas hoje no País.**”

Valdir Pietrobon, em defesa da criação de um ministério para as micro e pequenas empresas. Agosto de 2010

À época, o diretor de Tecnologia e Negócios da Fenacon, Carlos Roberto Victorino, explicou que no modelo anterior, a Autoridade Certificadora (AC Fenacon) atuava com a validação dos certificados adquiridos da Certisign. Com a nova proposta, a AC Fenacon passou a adquirir os dispositivos de hardware (parte física do computador) e software (parte lógica) diretamente da Certisign para disseminação do documento eletrônico. “Com isso, toda a gestão operacional e a logística passam a ser da Autoridade Certificadora da Federação.”

Em discurso na solenidade de credenciamento pelo ITI, Pietrobon disse que o credenciamento era mais um exemplo da credibilidade alcançada pela Fenacon e comemorou a conquista.

“Com essa liberdade conquistada, nós vamos levar os benefícios da certificação digital a todos os cantos do País. (...) Além de permitir maior flexibilidade comercial, o certificado digital evita desgastes em filas, demora no retorno de documentações, além de garantir a autenticidade e segurança nas transações. (...) Creio que na luta pela desburocratização, a certificação assume papel fundamental e sinto-me orgulhoso em ver a Fenacon à frente desse processo.”

Dados da pesquisa TIC Empresas 2010 com 3.700 empresas mostraram que era crescente a utilização da tecnologia entre as micro e pequenas empresas, mas ainda havia espaço para crescimento.

97% usam computadores

93% usam a internet

61% usam celulares corporativos

22% oferecem acesso à internet por meio do telefone celular

45% das pequenas empresas possuem website



Inauguração da sede do Instituto Fenacon



Inauguração da sede do Instituto Fenacon

A criação da UniFenacon, outro pilar do Ifen, veio de encontro ao desejo inato da federação de investir na qualificação dos profissionais contábeis e, conseqüentemente, elevar o nível do serviço prestado à sociedade em temas de elevada relevância para o seu desenvolvimento. A universidade passou a promover treinamentos de capacitação e reciclagem, ministrando, inicialmente, cursos por meio do ensino a distância. O projeto surgiu da importância em suprir as necessidades relacionadas à qualificação dos profissionais das empresas dos segmentos representados, especialmente aqueles localizados nas regiões mais distantes do Brasil – a busca sempre foi proporcionar uma qualificação uniforme em todo o País.

O primeiro curso, ainda piloto, aconteceu em 26 de novembro de 2010, antes, portanto, da oficialização da criação da UniFenacon. O tema do evento inaugural foi Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e abordou a Resolução 1.255/99 do Conselho Federal de Contabilidade. Já em seus primeiros anos de vida, a universidade promoveu diversos seminários com temas de alta relevância para seus associados. Alguns exemplos de assuntos abordados: escrituração digital, blindagem patrimonial, alterações da Lei do Simples Nacional, aspectos da empresa individual de responsabilidade limitada. A imediata grande procura e a avaliação positiva dos conteúdos ministrados deram a certeza à Fenacon que a decisão de criar uma universidade foi acertada.

Participantes por regiões nos cursos da UniFenacon em 2011

Nordeste	31%
Norte	20%
Sul	26%
Sudeste	16%
Centro-Oeste	7%



A palestra de encerramento da 14ª Conescap (30 de outubro a 1º de novembro de 2011), na Costa do Sauípe, na Bahia, foi ministrada pelo jornalista Marcelo Tas. Para um público de 1.700 pessoas, sob o tema “Inovação: criatividade na era digital”, o apresentador falou sobre a importância das mídias digitais no dia a dia das empresas.

#17

A AGENDA POLÍTICA E LEGISLATIVA

Documento destaca as principais bandeiras defendidas pela entidade ao longo de cada ano
Março de 2013

Presidente Valdir Pietrobon

Assim a revista da Fenacon de março de 2013, em matéria de capa, explica a Agenda Política e Legislativa, publicação lançada pela federação naquele início de ano.

“Uma forma de comunicação efetiva e transparente sobre os principais temas de interesse no cenário político nacional. (...) É um trabalho de priorização de projetos de interesse do setor, com o objetivo de propor caminhos que assegurem maior desenvolvimento e competitividade empresarial. (...) Fruto de um trabalho realizado pela Fenacon ao longo dos últimos anos, a publicação aborda temas de grande relevância no cenário nacional, como reforma tributária, atualizações na legislação trabalhista, além de outros assuntos de interesse da sociedade em geral.”

O documento, que passou a ser editado anualmente, lista todos os projetos de interesse do setor empresarial de serviços em tramitação no Congresso Nacional. A publicação divide os projetos em temas, como Defesa da Organização Sindical, Redução da Carga Tributária, Desburocratização e Aperfeiçoamento da Legislação Trabalhista. Cada um dos projetos vem acompanhado de uma breve explicação e traz o posicionamento da Fenacon a seu respeito – a federação pode recomendar a aprovação do texto integral, sugerir a aprovação com ressalvas ou pedir o arquivamento. A primeira Agenda Política e Legislativa, de 2013, por exemplo, enumera 59 projetos – defende a aprovação de 38, com sugestões de complementos em alguns casos, e sugere o arquivamento de 21.



Maiores delegações na 15ª Conescap, realizada de 21 a 23 de agosto de 2013, em Gramado (RS):

1º São Paulo	241
2º Paraná	157
3º Santa Catarina	141
4º Rio de Janeiro	87
5º Pernambuco	75

**A delegação do Rio Grande do Sul, por ser anfitriã, não entrou nesse ranking.*

Em março de 2013, a presidente Dilma Rousseff criou a Secretaria da Micro e Pequena Empresa. O ato era uma demanda sempre defendida pela Fenacon. A Secretaria nasceu com status de ministério e foi ocupada pelo então vice-governador de São Paulo, Guilherme Afif Domingos. Presente à posse, o presidente da Fenacon, Valdir Pietrobon, mostrou seu apoio à medida.

“Esperamos que o ministério atue na formulação de políticas de apoio, promova a desburocratização e diminua a informalidade. A Fenacon sempre defendeu a criação desse órgão porque sabe a importância que as micro e pequenas empresas têm para o desenvolvimento do País. Estamos à disposição do novo ministro para contribuir no que for preciso.”

Valdir Pietrobon, o presidente da Fenacon por trás da novidade, disse durante o lançamento da agenda que a convivência dos membros da federação com os representantes das empresas faz com que os dirigentes da entidade conheçam as demandas e os anseios destas empresas. Pietrobon conta que a Agenda foi fundamental para aprovar inúmeros projetos de interesse do setor e para barrar tantos outros. Além de fazer a publicação chegar às mãos certas, os dirigentes da Fenacon, respeitados e com trânsito livre nos corredores do parlamento, forneciam toda a informação técnica para o congressista dominar o assunto e poder avaliá-lo com conhecimento de causa.

“Com esta estratégia, acabamos com muitos projetos, como um que queria criar um imposto de renda sobre distribuição de lucros. Derrubamos este por três vezes ainda nas comissões, antes mesmo que fosse ao plenário. Nossa equipe visitava os gabinetes dos deputados, debatia o tema com o relator, participava de todas as comissões. Eu vivia dentro do Congresso. Até faixas colocamos, se fosse necessário!”

Fazia parte da estratégia lançar a Agenda Política e Legislativa em cafés da manhã com a presença de parlamentares, que compareciam em busca das ricas informações contidas na publicação. Deputados e senadores sempre elogiaram a atuação técnica da Fenacon na defesa dos interesses das micro e pequenas empresas.

“A Fenacon nos ajudou na construção da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, na inclusão dos contadores no Simples Nacional, na criação do empreendedor individual e, agora, com a criação desta Agenda.” (Senador José Pimentel)

“A Agenda é muito bem-vinda e serve de suporte para todos nós. Na condição de coordenador da Frente, quero parabenizar a Fenacon e agradecer a contribuição. E como deputado federal, em nome dos meus colegas, quero dizer que continuaremos usando e abusando da Fenacon como forte aliada e parceira dentro do Congresso Nacional.” (Deputado Laércio Oliveira, presidente da Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços).

“É preciso, entre outras ações, eliminar as exigências e os documentos redundantes, acabar com os procedimentos pouco diferenciados, simplificar a legislação e integrar os processos entre os órgãos ligados à formalização de empresas.”

Guilherme Afif Domingos, Ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, em entrevista à revista da Fenacon, em setembro de 2013

Estudo inédito divulgado pela Fenacon em novembro de 2013 alerta para um aumento médio de 105% na carga tributária das empresas em caso de unificação do cálculo do Pis e do Cofins, medida então em análise pelo governo.



#18

O GRUPO DE TRABALHO DO ESOCIAL

*Ao longo do desenvolvimento da ferramenta, Fenacon foi fundamental para defender os interesses da classe contábil
Setembro de 2014*

Presidente Mário Elmir Berti

Quando foi criado pelo Governo Federal em dezembro de 2014, o eSocial já havia passado por uma série de discussões organizadas pela Fenacon. Ciente da importância do sistema para a classe contábil e para as micro e pequenas empresas brasileiras, a Federação criou um grupo de trabalho para debater as questões polêmicas e elaborar soluções.

O eSocial, como ficou conhecido o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, foi desenvolvido a partir do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped). Seu objetivo, que aos poucos vem sendo alcançado, é digitalizar e unificar o envio das informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas das empresas e simplificar a prestação de contas da iniciativa privada com o poder público.

Documentos como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), entre outros, passaram a ser reunidos em um único sistema online, o que evita prestações de contas duplicadas e inconsistências nos dados.

Em entrevista à revista da Fenacon de novembro de 2014, José Alberto Maia, coordenador do Grupo Especial de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego para o desenvolvimento do eSocial, mostra como era labiríntico o envio de informações trabalhistas ao fisco até a criação do eSocial.

“Hoje o envio das informações trabalhistas ao Fisco é complicado, oneroso e ineficiente. Há multiplicidade no envio das informações, que várias vezes é feito muito tempo após a ocorrência do fato que está sendo registrado. Há pesquisas que apontam o Brasil como um dos países onde é mais difícil cumprir as obrigações acessórias, que basicamente consistem na prestação das informações necessárias para que se assegure o cumprimento das obrigações principais.

“Além de complicado, o modelo atual se mostra ineficiente do ponto de vista de assegurar os direitos dos trabalhadores, os quais muitas vezes têm de recorrer a processos administrativos ou judiciais para ter acesso a benefícios a que fazem jus.”

A Fenacon esteve presente desde a concepção do eSocial. Em maio de 2014, quatro meses depois de assumir a presidência da federação, Mário Elmir Berti participou do primeiro encontro do grupo de trabalho do governo que discutiu o cronograma da plataforma. O novo presidente da Fenacon trazia a experiência de quase 30 anos de vida sindical – fundou a associação dos contabilistas de São José dos Pinhais (PR) e foi duas vezes presidente do Sescap do Paraná. Além de Berti, sentaram-se à mesa daquela reunião inaugural o ministro do Trabalho, Manoel Dias, o secretário da Receita Federal do Brasil, Carlos Alberto Freitas Barreto, o representante do Ministério da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, e o presidente do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Lindolfo Neto de Oliveira Sales.

“A tecnologia hoje é tão importante para o empresário quanto a matéria-prima e a mão de obra. É bem verdade que, no primeiro momento, a implantação dessas novas tecnologias traz desconforto, gasto e necessidade de treinamento, além de motivação para os benefícios, que nem sempre são tão palpáveis assim. Mas, no segundo momento, essas ferramentas servirão para a diminuição da burocracia e das obrigações acessórias, o que, por si só, já terá valido todo o esforço. E, mais que isso, vai permitir que façamos nossa prestação de serviço com mais eficiência e com mais segurança.” Mário Elmir Berti, falando sobre o eSocial em entrevista para a revista da Fenacon em janeiro de 2014.

Em paralelo à criação do grupo especial supracitado, a Fenacon também colocou para funcionar seu próprio grupo de debates. Seu coordenador, Helio Donin Júnior, diretor de Educação e Cultura da federação, disse à época que o eSocial era “um dos maiores projetos de TI [tecnologia da informação] governamentais do mundo”. A primeira reunião do grupo da Fenacon para debater o eSocial aconteceu em 11 setembro daquele ano na sede do Sescon-SP. O foco do encontro de abertura foi a questão tecnológica necessária para a implementação do sistema.

O então presidente do Sescon-SP, Sérgio Approbato Machado Júnior, que viria a se tornar o próximo líder da Fenacon, frisou em seu discurso que o segmento contábil está no dia a dia operacional das empresas e, portanto, “sabe das dificuldades destas organizações, especialmente das pequenas”. Dito e feito. Graças ao conhecimento do grupo de trabalho da Fenacon e às soluções pensadas por seus participantes e levadas ao Grupo de Trabalho do governo, o eSocial simplificou de fato as questões trabalhistas para contribuintes, empregadores, empregados e governo.

Em entrevista à revista da Fenacon de junho de 2016, Donin fez a seguinte consideração sobre o papel da federação nas discussões para a implantação do eSocial.

“A Fenacon fez inúmeras sugestões, algumas aceitas outras não, desde a necessidade de procuração eletrônica para operar o eSocial até alterações de registros que se mostravam inviáveis na prática. Todos os diretores da Fenacon integrantes do GT tiveram atuação fundamental nessa construção.”

“**Entram o sucateamento de muitas juntas comerciais (com raras exceções), a teimosia em não integrar junta comercial com Receita Federal, para fins de emissão de contrato e CNPJ num mesmo ato, dificuldades mil em prefeituras com exigências absurdas e descabidas, inscrição estadual cheia de quesitos mínimos a serem preenchidos, e por aí vai.**”

Mário Elmir Berti, falando sobre o eSocial em entrevista para a revista da Fenacon em janeiro de 2014

Para difundir as informações relacionadas ao eSocial, a Fenacon chegou a criar, em maio de 2016, o projeto *Árvore do Conhecimento* (www.arvoredokonhecimento.org.br), um portal na internet com vídeos rápidos feitos por especialistas para orientar empresas e o setor contábil sobre o uso da ferramenta. Partiu da Fenacon também o pedido de adiamento da implantação do sistema. Devido à ousadia das regras propostas pelo eSocial muitas empresas tinham dificuldade de se adequar à ferramenta. Em novembro de 2015, Approbato defendeu que sistema fosse devidamente testado e aprovado antes de entrar em ação. Houve forte resistência do governo, mas a Receita Federal aceitou adiar a implantação do projeto.

Donin, o coordenador do grupo de trabalho da Fenacon, escreveu sobre o tema em artigo para a revista da Fenacon de maio de 2018;

“Muito se fala sobre o eSocial, sua complexidade e dificuldade de aderência ao cotidiano das empresas. É verdade! A área do departamento de pessoal por décadas colecionou hábitos culturais que nem sempre aderem à legislação trabalhista. Alguns casos são tão comuns que os principais sistemas da área operam de forma diversa ao que deveriam. Um caso bastante interessante são os sistemas que emitem o aviso de férias junto com o recibo da mesma operação, como se fosse um kit. Ora, se o aviso deve ser formalizado com o funcionário 30 dias antes do período de férias, como pode ser emitido no mesmo momento?”

“Na área contábil não deve ser diferente. Culturalmente já temos o danoso hábito de ‘deixar para a última hora’, e percebo que diversas empresas contábeis continuam operando dessa maneira. Mas com o eSocial deve ser diferente. O projeto demanda planejamento e precisa cumprir uma série de etapas anteriores para viabilizar o funcionamento da ferramenta. Ou seja, deixar para a última hora vai dificultar o projeto nas empresas.”

Helio Donin Júnior, diretor de Educação e Cultura da Fenacon em 2014

O sistema se tornou obrigatório em janeiro de 2018, para pessoas jurídicas de direito privado com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões. Já para os demais empregadores, incluindo as micro e pequenas empresas, a obrigatoriedade passou a vigorar a partir de julho de 2018.

A partir da implementação da plataforma, o envio de informações passou a ser padronizado, por um canal único, sem duplicidade. A recepção dessas informações ficou a cargo do Estado, em um ambiente seguro e acessível aos empregadores a qualquer momento. Elevou-se a qualidade das informações captadas pelo Fisco e os custos das empresas com a guarda dessas informações caíram.

Estudo realizado pelo sistema Fenacon Sescap/Sescon no segundo semestre de 2014 levantou o perfil das organizações contábeis brasileiras. Veja alguns dados:

Forma de comunicação com o cliente

<i>Contato telefônico</i>	<i>45%</i>
<i>E-mail</i>	<i>40%</i>
<i>Visitas periódicas ao cliente</i>	<i>12%</i>
<i>Visitas periódicas do cliente</i>	<i>3%</i>

47% possuem sede própria

40% oferecem assessoramento jurídico aos clientes

63% trabalham somente clientes MEI e/ou MPE

Sobre a Fenacon

<i>Conhecem bem a instituição</i>	<i>22,6%</i>
<i>Conhecem mais ou menos</i>	<i>46,7%</i>
<i>Já ouviram falar</i>	<i>25,7%</i>
<i>Não conhecem ou nunca ouviram falar</i>	<i>5%</i>

46% têm site próprio

95,5% possuem página no Facebook

21,3% estão presentes no LinkedIn

18,1% estão no Twitter.

#19

A ANISTIA ÀS MULTAS DA GFIP

Fenacon foi decisiva ao liderar campanha que salvou milhares de empresas Janeiro de 2015

Presidente Mário Elmir Berti

Ao longo de 2014, a Fenacon liderou uma das maiores mobilizações realizadas por entidades de classe no Brasil. De mãos dadas com os 37 sindicatos que compõem o Sistema Sescap/Sescon, a federação organizou uma campanha para sensibilizar os órgãos governamentais sobre a importância de anistiar as multas referentes à Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP).

“Por muitos anos, a Receita Federal não deu bola para a entrega da declaração fora do prazo. Quando a cobrança da multa por atraso ia caducar, eles lançaram a cobrança retroativa. Todos seriam autuados. A injustiça causou uma comoção nacional.”

O relato acima é de Mário Berti, presidente da federação na época do imbróglio.

Conforme reportagem na revista da Fenacon de fevereiro de 2015, Berti e o diretor político-parlamentar da entidade, Valdir Pietrobon, foram pessoalmente à sede da Receita Federal para discutir o assunto e evitar que milhões de empresas brasileiras fossem afetadas pela medida imposta pelo governo. Ouviram, no entanto, que a anistia não seria possível. Diz a reportagem que a justificativa do governo aos dirigentes da Fenacon foi que as multas estavam estabelecidas em lei e que passaram a ser aplicadas naquele momento em função da junção dos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal, que culminou com a adequação dos bancos de dados da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) e do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).



Não satisfeita com a resposta e ciente da importância do indulto às empresas, a federação insistiu. Berti encaminhou ofício ao secretário especial da Micro e Pequena Empresa, solicitando apoio do órgão, e entregou a deputados uma minuta com subsídios para elaboração de projeto de lei para suspensão da cobrança das multas geradas pela falta ou atraso do GFIP entre janeiro de 2009 e dezembro de 2013. Outra manifestação da Fenacon, em novembro de 2014, havia sido uma petição pública que em pouco mais de um mês alcançou 37.600 assinaturas de apoio.

O intenso trabalho da federação perante os poderes Executivo e Legislativo, em especial junto ao então ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, e ao deputado Laércio Oliveira, foi coroado com a sanção da Medida Provisória 656/14, que, entre outras alterações, extinguiu as multas da GFIP para empresas. A vitória, anunciada na virada de 2014 para 2015, foi celebrada por Berti.

“O Sistema Fenacon Sescap/Sescon não mediu esforços para alcançar essa grande conquista. O trabalho foi muito intenso, mas conseguimos alcançar êxito.”

A anistia foi fundamental para a sobrevivência das empresas multadas. Não fosse o empenho da federação, é certo que milhares de empresários precisariam baixar as portas para conseguir arcar com os custos das autuações retroativas impagáveis. O então presidente lembra-se, no entanto, que o êxito foi parcial: aproximadamente 30% das autuações não foram anistiadas. “Demos o pontapé inicial nessa luta, que continua até hoje.”

A sempre bem-sucedida parceria entre Fenacon e Sebrae teve mais um capítulo importante em março de 2015. No dia 19 daquele mês, a federação e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas assinaram um convênio de cooperação, que também contou com a participação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Com palestra sobre ética nos negócios do já ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, a 16ª Conescap, realizada em Olinda (PE), de 11 a 13 de novembro de 2015, contou com a presença de mais 1.700 pessoas. Por conta do forte calor na cidade, o centro de convenções, normalmente aberto, precisou ser envelopado para receber um inovador sistema de refrigeração para garantir o conforto dos participantes.

Assinado pelos presidentes das três entidades – Mário Berti, da Fenacon, Luiz Eduardo Barreto, do Sebrae Nacional, e José Martonio Alves Coelho, do CFC –, o acordo permitiu ao longo dos anos seguintes a realização de palestras, cursos e eventos para capacitar contabilistas, incentivar o empreendedorismo, formalizar empresas e fomentar a pesquisa. À época, em entrevista à revista da federação, Berti, afirmou que o convênio era uma maneira de dar o devido valor à classe contábil.

A parceria Fenacon-Sebrae também deu luz ao Portal Empresarial Contábil, um ambiente virtual onde empresários contábeis podem se capacitar para melhor assessorar micro e pequenos empresários e empreendedores individuais.

Berti lembra-se que o Sebrae foi um dos maiores parceiros que a Fenacon teve não apenas durante a sua gestão, mas ao longo de suas três décadas de história.

“Sempre acreditaram muito na nossa entidade. Quando é para o bem da classe contábil e das micro e pequenas empresas brasileiras, eles investem e apoiam a Fenacon, pois estão cientes de um retorno responsável em busca de ações e atividades que estimulam o empreendedorismo e, conseqüentemente, o aumento do emprego e da renda. É um grau de confiança muito raro entre duas entidades.”



Spotify
Fenacon

#20

O APLICATIVO DA AGENDA POLÍTICA E LEGISLATIVA

*Ferramenta digital da Fenacon faz acompanhamento de projetos de lei em tempo real
Maio de 2016*

Presidente Mário Elmir Berti

O sucesso da Agenda Política e Legislativa, lançada em março de 2013 na gestão do presidente Valdir Pietrobon, levou a Fenacon a transformar a publicação em um aplicativo para celulares. A ideia surgiu da necessidade de levar ao público a tramitação em tempo real de projetos de interesse do setor empresarial de serviços.

Em entrevista à revista da Fenacon de junho de 2016, Mário Berti, presidente da federação falou sobre a importância da novidade para o setor de serviços.

“A Agenda Política e Legislativa da Fenacon já é uma tradição entre os parlamentares e entidades. O aplicativo é uma forma de nos aproximarmos ainda mais desse público e da sociedade. Com essa ação, conseguimos exercer nosso papel e nos colocamos de forma ativa no processo, com o objetivo de promover mudanças e participar do desenvolvimento país.”

A migração do papel para o meio digital permitiu que a agenda fosse atualizada semanalmente com informações mais quentes e precisas sobre os projetos. Ao mesmo tempo, trouxe transparência e conhecimento ao público interessado nas temáticas pautadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Ao ser lançado, o aplicativo continha detalhes do andamento de 160 projetos divididos em cinco categorias: Aperfeiçoamento da Legislação Trabalhista; Defesa da Organização Sindical; Desburocratização e Desenvolvimento; Gestão, Patrimônio e Segurança Jurídica e Redução da Carga Tributária.



Cenas da 17ª Conescap, em Manaus, no Amazonas



Cenas da 17ª Conescap, em Manaus, no Amazonas

No dia do lançamento do aplicativo, com a presença de deputados, senadores e entidades do setor de serviços, Pietrobon frisou que a agenda parlamentar digitalizada aumenta a transparência sobre o trabalho da Fenacon e “provoca” a sociedade brasileira.

“Precisamos que os projetos indicados sejam aprovados com urgência para a geração de novos empregos e a distribuição de renda de forma igualitária. Nosso foco principal é promover o desenvolvimento do País e do empresariado brasileiro.”

A 17ª Conescap, em Manaus, foi a primeira na região Norte do Brasil. O evento, em outubro de 2017, contou com palestra do ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, e teve estandes construídos com materiais sustentáveis.

#21

A VOLTA DO SESCON DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão histórica marca retorno do sindicato gaúcho ao Sistema Fenacon Novembro de 2017

Presidente Mário Elmir Berti

Na histórica assembleia que criou a Fenacon, em 26 de abril de 1991, o Sescon do Rio Grande do Sul, na figura do empresário contabilista, Ivan Carlos Gatti, foi protagonista. Ao lado de outros sete sindicatos estaduais, o sindicato gaúcho assinou a ata de fundação da federação. Por questões políticas, no entanto, seus dirigentes à época preferiram manter-se filiados à Fecomércio do estado. Foi uma batalha jurídica só encerrada quando o Conselho de Representantes da Fenacon decidiu excluir o estado da jurisdição da entidade.

Mais de duas décadas e meia depois, essa separação terminou. Em 9 de novembro de 2017, em uma decisão também histórica, o sindicato gaúcho se reuniu e, com a concordância de 97% de seus associados, decidiu desfiliar-se da Fecomércio-RS e reingressar no sistema Fenacon. Apesar de associado, o Sescon do Rio Grande do Sul era o único entre todos os estados que não era filiado à federação nacional.

Mário Berti, presidente da Fenacon à época, disse que o Sescon do Rio Grande do Sul voltava à casa de onde não deveria ter saído e chegava à federação como o segundo sindicato mais importante “por suas ações, atividades e poderio intelectual”. Por ser associado à Fenacon, o sindicato, que completava então 30 anos de vida, já contribuía para a construção de agendas propositivas. No entanto, por força legal, tinha limitações.

No dia do anúncio da novidade, Diogo Chamun, então presidente do Sescon do Rio Grande do Sul, afirmou que a migração foi um resgate natural de sua história.

“Agradecemos a Fecomércio-RS pelo zelo que teve com o Sescon-RS. No entanto, era preciso dar essa ajustada no rumo de nossa entidade, estar de corpo e alma na federação onde todos falam a mesma língua e têm as mesmas pautas. E essa casa se chama Fenacon.”

“Depois da Lei Geral, o setor produtivo brasileiro deu um grande salto. Com a regulamentação do Simples Nacional não foi diferente. Após entrarem em vigor, mais de 1 milhão de pequenos negócios foram abertos por ano no Brasil e 11 milhões de empregos formais foram criados. É uma grande conquista! (...) O trabalho das micro e pequenas empresas representa o sustentáculo social e econômico do Brasil. A Fenacon não ficou e não ficará de fora de nenhum debate que envolva a categoria.”

Mário Elmir Berti, presidente da Fenacon
em editorial na revista da Fenacon de março de 2018



Brasília



Sérgio Approbato Machado Júnior



Telegram
Fenacon

#22

A NOVA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

*Planejamento estratégico de quatro anos, comissões de trabalho e novo organograma marcam início inovador da nova gestão
Julho de 2018*

Presidente Sérgio Approbato Machado Júnior

A chegada do empresário Sérgio Approbato Machado Júnior à presidência da Fenacon, em 1º julho de 2018, coincidiu com o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, que havia entrado em vigor em novembro do ano anterior (veja texto a seguir). A nova legislação reduziu sensivelmente a arrecadação e trouxe um impacto sem precedentes às finanças da federação. Foi preciso reavaliar as estratégias e rever o rumo de toda a área administrativa.

Com mais de três décadas de experiência no setor contábil, formado em administração de empresas, Approbato liderou uma reforma que manteve a Fenacon forte a despeito da nova realidade. Em editorial na primeira edição da revista da Fenacon sob sua gestão, Approbato escreveu sobre o novo momento.

“Nossa estratégia é qualificar e aumentar a oferta de nossos produtos e serviços e melhorá-los em busca de uma aproximação mais forte com os sindicatos de nossa base. Daremos ênfase às nossas bandeiras de atuação e trabalharemos também pela defesa e valorização das categorias que esta Federação representa. Ao lado dos sindicatos que compõem a nossa base, temos fortalecido gradualmente os canais de diálogo com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, evidenciando o nosso papel de interlocutor entre o contribuinte e o poder público.”



Posse da atual diretoria, 2018

A primeira ação do novo presidente foi traçar um planejamento estratégico para os quatro anos de mandato. “Foram definidos os objetivos em toda abrangência do trabalho para atender às necessidades dos nossos sindicatos e da classe empresarial brasileira”, disse Approbato à época. O time escalado elaborou um conjunto de mecanismos sistêmicos com utilização de processos e traçou metas em cada um dos setores da federação. “Otimizamos a nossa estrutura administrativa para, mesmo com menos recursos, produzir mais”, conta Fenando Baldissera, diretor administrativo da Fenacon. “Graças ao norte passado pela presidência, conseguimos com uma equipe bastante enxuta resultados extremamente positivos.”

Para levar adiante esta reestruturação, Approbato criou 10 comissões temáticas de trabalho baseadas no planejamento estratégico definido. De maneira interdisciplinar foi possível discutir temas relacionados a produtos, serviços, parcerias e convênios. Entre as comissões criadas, destaque para as de comunicação, de educação e de relações de políticas institucionais.

Josué Tobias, gerente-geral da Fenacon, com 15 anos de história na entidade, explica que a reestruturação administrativa foi uma oportunidade para que cada profissional descobrisse “um potencial enorme dentro de si”. “Fator fundamental para esse maior engajamento se deu em função da abertura proporcionada pelo presidente para que todos mostrassem criatividade e evoluíssem. Ele se aproximou dos colaboradores e os colaboradores se aproximaram entre si.”

Federação + Instituto

Em sua cruzada por uma administração mais eficiente, Approbato promoveu uma convergência entre a Fenacon e o Instituto Fenacon. Segundo o presidente, as duas entidades estavam muito afastadas. “Na nossa visão, o Instituto precisa ser um braço da Federação, pois tudo lá é decidido por um conselho que tem o mesmo presidente”, justifica. A mudança tornou a relação entre as duas instituições mais dinâmica e interativa, além de aumentar o comprometimento do time. “Decidimos que tudo deveria ser feito em conjunto, que não deveríamos tratar a federação e o instituto de maneira segregada”, conta o atual vice-presidente administrativo, Wilson Gimenez.

As reuniões de diretoria das duas entidades, por exemplo, passaram a ser feitas em conjunto. “Tratamos de assuntos correlacionados, que merecem atenção de ambas as diretorias.” Tobias conta que a integração já levou à unificação de diversos departamentos da federação e do instituto, como o jurídico, o financeiro, o contábil e o de comunicação.

Ao longo dos primeiros anos da nova gestão, deu-se ainda um estreitamento da relação com a Confederação Nacional do Comércio (CNC). Hoje, a federação tem portas abertas na confederação, participa de reuniões virtuais, manda artigos e é consultada para assuntos relevantes, como a discussão da reforma tributária.

Esses avanços administrativos, fundamentais na gestão responsável de qualquer empresa, foram fundamentais não apenas para o enfrentamento da nova realidade trazida pelo fim da contribuição sindical obrigatória, mas para tornar a Fenacon robusta durante a crise econômica causada pela pandemia do coronavírus. “Fizemos a lição de casa. Reestruturamos nossa administração, criamos fontes alternativas de renda e mantivemos a relevância e a saúde financeira da Fenacon em altíssimo nível”, afirma Approbato.

Josué Tobias cita ainda o projeto Integra, levado adiante pela Fenacon, como fundamental nesse período turbulento do Brasil e do mundo. “Debatemos com os sindicatos, fizemos um diagnóstico de cada um deles e levamos soluções e respostas para as carências e necessidades levantadas.”



Diretoria Suplente



Diretoria Efetiva

O FIM DA OBRIGATORIEDADE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Com a entrada em vigor da Lei 13.467/17, em novembro de 2017, a contribuição sindical, antes obrigatória, passou a ser de caráter facultativo, condicionada à autorização prévia e expressa do trabalhador. Segundo Sérgio Approbato Machado Junior, empresário que assumiu a presidência da Fenacon em julho de 2018, desde o fim da exigência a arrecadação da federação com a contribuição sindical caiu 90%.

Em entrevista à revista da entidade ao tomar posse, o novo presidente Approbato falou sobre o assunto e demonstrou que o histórico de criar produtos e serviços para atender seus sindicatos deu a Fenacon caminhos de receita alternativos à contribuição sindical. A renda recorrente trazida pela emissão de certificados digitais e o faturamento proporcionado pelos cursos da UniFenacon, ambos serviços do Instituto Fenacon, são dois exemplos da estratégia de oferecer um serviço valioso dos pontos de vista de conteúdo e financeiro.

“Esse é o grande desafio de nossa gestão. Mesmo que a contribuição sindical volte um dia, o estrago já foi feito durante a discussão do projeto de Reforma Trabalhista. Não creio em uma arrecadação igual à que se tinha no passado. Por isso, nossa estratégia é qualificar e aumentar a oferta de nossos produtos e serviços, melhorá-los em busca de uma aproximação mais forte com os sindicatos de nossa base.”

“(…) Nossa meta será criar produtos e serviços trazendo para todo o Sistema Fenacon o que há de melhor em cada um dos sindicatos. Precisamos trabalhar em uma padronização para ajudar os sindicatos menores a focar melhor em suas bases, pois nossa linguagem de comunicação tem que ter identidade e ser uniforme. A mudança será basicamente nesta ordem: prestaremos os serviços, mostraremos condições de melhoria da qualidade técnica e de gestão e o empresário do nosso setor econômico é quem terá essa percepção de valor. É ele quem precisa ter essa percepção de que é importante estar vinculado associativamente às nossas entidades, porque, se assim o fizer, trará benefício na qualidade dos serviços e no atendimento direto aos clientes.”

#23

O PROGRAMA DE CERTIFICADO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (CSI)

Organizado pela Fenacon, curso trazido do Sescon-SP vira selo de qualidade para empresas de contabilidade
Outubro de 2018

Presidente Sérgio Approbato Machado Júnior

"Investir na segurança da informação tornou-se condição para uma empresa manter-se no mercado. Todas as operações e processos realizados dentro de uma empresa passaram a ser feitos por sistemas digitais. Se por um lado tamanha informatização facilitou a vida da sociedade, por outro, trouxe riscos nem sempre sondáveis. Dados e documentos estão entre os principais patrimônios de uma organização. Sua perda ou roubo pode ser fatal para o futuro do empreendimento."

Com essas palavras, a revista da Fenacon de outubro de 2018 justifica a importância e dá as boas-vindas ao novo curso organizado pela federação. Batizado de Programa de Certificado em Segurança da Informação (CSI), a formação tem o objetivo de ensinar as organizações a preservarem os dados que circulam na empresa e a se manterem em conformidade com as leis e normas vigentes. O curso mostra como atender os requisitos de excelência na proteção de documentos e informações garantindo a confidencialidade, a integridade e a autenticidade dos dados corporativos.

Quem trouxe o curso para Fenacon foi seu novo presidente, Sérgio Approbato Machado Júnior, que tinha implantado o CSI no Sescon-SP em 2015, quando presidia o sindicato paulista.



Twitter Fenacon



“O objetivo do programa é apresentar uma certificação de segurança adequada ao mercado, permitindo à empresa oferecer maior proteção aos clientes e apresentar um diferencial competitivo. O projeto conscientiza todos os colaboradores da importância das boas práticas de segurança, cria procedimentos internos para garantir a proteção das informações e evidencia a preocupação com os dados e documentos dos clientes.”

“Ao fim do curso, a empresa recebe um certificado evidenciando a busca pela prática das melhores diretrizes na área tecnológica. Isso vem se tornando cada vez mais importante, porque é imprescindível que as empresas tenham um suporte tecnológico para entender e atender a necessidade dos seus clientes com todos os critérios de segurança.”

Com a chegada de Approbato à presidência da federação, o programa, que já vinha sendo copiado por diversos sindicatos pelo Brasil, passou a ser replicado por todo o sistema Fenacon para atingir um maior número de profissionais. Desde então, o selo CSI virou sinônimo de credibilidade. “É evidente que empresários valorizam contadores comprometidos com a segurança da informação”, diz o presidente da Fenacon.

6 procedimentos de segurança para sua empresa

- ***Não deixe informações expostas em mesas de trabalho, impressoras ou ambientes coletivos.***
- ***Cuidado ao repassar informações para terceiros, seja por telefone, mídias sociais, e-mail ou pessoalmente. Na dúvida, não passe nenhuma informação sem autorização.***
- ***Não tire fotos ou grave áudios/vídeos dos ambientes da empresa, colaboradores, clientes e documentos.***
- ***Antes de utilizar um software ou recurso tecnológico, verifique se você possui as licenças e autorizações necessárias.***
- ***Não instale programas, abra arquivos ou acesse links desconhecidos, pois podem ser portas de entrada de vírus.***
- ***Faça uso ético e legal dos recursos tecnológicos.***





#24

O 1º CONGRESSO FENACON

Pela primeira vez, federação e instituto realizam evento conjunto Novembro de 2018

Presidente Sérgio Approbato Machado Júnior

Com a presença de toda a diretoria da federação e do instituto e de todos presidentes e vice-presidentes dos 37 sindicatos que compõem o Sistema Sescap/Sescon, a Fenacon promoveu de 28 a 30 de novembro de 2018, em Brasília, o primeiro Congresso Fenacon, uma inovação da nova gestão.

Foram debatidos - conjuntamente, por líderes da federação e do instituto - os temas mais relevantes para o sistema Fenacon. Falou-se das tendências tecnológicas, de questões jurídicas e das ideias para o futuro. Dentro do congresso ocorreram três eventos. No primeiro dia, o IV Seminário de Gerentes da Certificação Digital. No dia seguinte, foi a vez da oitava edição do Seminário de Gestão Jurídica. Já no dia do encerramento, deu-se a II Assembleia do Conselho de Representantes do Sistema Fenacon.

O seminário que reuniu os gerentes especializados em certificação digital contou com a palestra do diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), Rafaelo Abritta. O dirigente afirmou que a Certificação Digital foi o primeiro case de sucesso entre uma parceria público-privada. Para Abritta, qualquer pessoa necessita da certificação, principalmente para o processo de abertura e fechamento de empresas.

“O Brasil é o primeiro lugar na América Latina em virtualização de serviços. O uso da Certificação Digital em muito contribuiu para isso, mas ainda existem mais de mil serviços públicos que precisam ser virtualizados.”

Um dos temas mais debatidos ao longo do encontro foi o reposicionamento da UniFenacon e sua nova plataforma de cursos. O tema foi apresentado pelo diretor de Educação do Instituto Fenacon, Edson Ferreira Rodrigues, que apresentou as funcionalidades da plataforma, realçou a importância do uso das redes sociais no processo de captação de novos participantes e elencou os benefícios dos cursos de capacitação a distância.

VIII Seminário de Gestão Jurídica e Legal da Fenacon



Sérgio Approbato Machado Júnior

#25

AS PROPOSTAS PARA A DESBUROCRATIZAÇÃO

*A pedido do Ministério da Economia, Fenacon elabora lista com 30 propostas para impulsionar o setor produtivo brasileiro
Fevereiro de 2019*

Presidente Sérgio Approbato Machado Júnior

Trabalhar em busca do melhor ambiente de negócios sempre foi missão essencial na história da Fenacon. Por isso, a federação atuou em parceria estreita com a nova secretaria especial criada pelo Ministério da Economia: a de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Em fevereiro de 2019, na voz de seu presidente, Sérgio Approbato Machado Júnior, a Fenacon entregou para o então secretário da pasta, Paulo Uebel, uma lista com 30 reivindicações consideradas fundamentais para aumentar a competitividade ao setor produtivo brasileiro.

“O intuito de abrir o diálogo com o governo é mostrar que existem burocracias que não fazem sentido, que não acompanham o mundo digital de hoje, e que são danosas para o andamento das empresas e da economia do país.”

O histórico trânsito livre da Fenacon com as casas legislativas e com o Governo – construído desde 1996 com a criação do Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários (NPECT) e perpetuado nesta gestão via secretária de Assuntos Legislativos, comandada pelo gaúcho Diogo Chamum – foi fundamental para que a federação fosse recebida pelo Governo e para que, posteriormente, muita das demandas fossem atendidas. “O canal de comunicação da Fenacon com o poder público é muito sólido e fértil”, afirma Chamum, um dos principais interlocutores dos anseios da federação no Congresso Nacional.

“Nossas posições não são exclusivamente em defesa dos nossos representados e associados. Buscamos a melhora do ambiente de negócios, buscamos o desenvolvimento econômico do Brasil.”



Brasília



Em 2 de outubro de 2019, a Fenacon realizou o webinar Reforma Tributária – O Brasil precisa! O evento debateu as principais propostas sobre o novo desenho da tributação brasileira. Capitaneado pelo presidente da federação, Sérgio Approbato Machado Júnior, o encontro contou com a participação do ex-deputado e autor da PEC 110/2019, Luiz Carlos Hauly, que previu: “Se o Brasil não aprovar a Reforma Tributária este ano, o Produto Interno Bruto de 2020 ficará abaixo de 1% e não chegará ao 1,8% previsto pelo Banco Central. Já no sentido contrário, caso a Reforma seja aprovada, o crescimento do PIB será de 3,6%.”

Wilson Gimenez Junior, vice-presidente administrativo da federação, conta que a ideia de levar as propostas ao governo surgiu pela necessidade urgente de suprimir as barreiras trazidas pela demasiada burocracia ao cotidiano de uma empresa. Gimenez lembra-se que participaram da reunião com Uebel assessores especialistas de diversas áreas do governo, como tributação e abertura de empresas. A seguir, com a ajuda de Gimenez Junior, listamos as sugestões apresentadas pela Fenacon ao Ministério da Economia em 2019.

As 30 propostas para impulsionar o setor produtivo brasileiro

1- Unificação das obrigações acessórias como EFD-ICMS/IPI e EFD Contribuições.

Status: Já em estudo pelo governo.

2- Assinatura eletrônica a partir do uso do Certificado Digital. A Fenacon defende que o Certificado Digital seja o único assinador das obrigações independentemente do porte da empresa para que haja uma padronização dos processos.

Status: Avançou, mas ainda não foi concretizado.

3- Entrega da ECF com a recuperação da ECD.

Status: Em curso.

4- Fim do registro de Livros Contábeis em cartório ou Junta Comercial

Status: Em andamento bastante avançado.

5- Disponibilização do arquivo XML das Notas Fiscais de Entrada e Saída para os profissionais da contabilidade.

Status: Em negociação.

6- Vinculação obrigatória do profissional da contabilidade no Documento Básico de Entrada (DBE). A Fenacon defende que todas as empresas informem quem é o seu contador. Hoje, somente as empresas com atividade comercial e industrial têm essa obrigação. Para as empresas de serviços, é facultativo. A medida favoreceria as empresas, o governo e a classe contábil.

Status: Em negociação avançada.

7- Eliminação da Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação. A Fenacon acredita que tal declaração é redundante. A efetivação da medida depende dos estados. Há estados mais sensíveis ao pleito.

Status: Em negociação avançada com os estados.

8- PIS e Cofins cumulativa para o Lucro Real. A Fenacon defende que a empresa deve poder escolher se deseja ir para o regime cumulativo ou não.

Status: Será viável conforme o caminho seguido pela Reforma Tributária.

9- Livre ingresso ao Microempreendedor Individual (MEI) sem distinção de categorias profissionais. A Fenacon entende que não há motivos para algumas atividades serem impeditivas para acesso ao MEI desde que atenda aos requisitos de faturamento.

Status: Avançou, mas algumas atividades seguem impeditivas.

10- Liberação da opção do Simples Nacional via portal da Redesimples no ato da emissão do CNPJ.

Status: Em estudo.

11- Cobranças indevidas da Contribuição Previdenciária decorrentes das informações contidas concomitantemente na DCTFWeb e na GFIP. Um dos caminhos seria a utilização de uso de guias de recolhimento com código de barras.

Status: Avançou, mas ainda carece de melhoras nos sistemas do governo.

12- Mudança no cálculo do “Fator R”, que leva as empresas do Simples Nacional com folha de pagamento igual ou superior a 28% do faturamento para uma tabela com tributação menor.

Status: Para a Fenacon, um modelo de progressividade seria mais racional e justo.

13- Fim do adicional de 10% do IRPJ, que foi mantido pela aprovação na Câmara do Projeto 2337 em setembro de 2021. A Fenacon discorda.

Status: Depende do desenrolar da Reforma Tributária.

14- Data de Vencimento do FGTS. A Fenacon defende que o vencimento coincida com os do INSS e do Imposto de Renda Retido na Fonte.

Status: Pleito avançado com previsão de entrada em vigor no início de 2022.

15- Dispensa da retenção de IR, PIS, Cofins e CSLL para micro e pequenas empresas (optantes ou não pelo Simples Nacional). A demanda é defendida por setores do governo. Com todos os controles eletrônicos que o governo tem, não faz sentido reter do tomador de serviço o valor de um imposto devido pelo prestador.

Status: Em andamento.

16- Reestudo das alíquotas nominais do Anexo V do Simples Nacional.

Status: A espera do desenrolar da Reforma Tributária.

17- Extinção do “Bloco K”. Estados estão se conscientizando da complicação trazida pelo sistema.

Status: Em vias de ser aprovado em 2022.

18- Fim da obrigação das informações sobre o Beneficiário Final. Com os controles que a Receita Federal tem, a Fenacon defende que o governo desenvolva um aplicativo para fazer a busca.

Status: Em estudo.

19- Mais rapidez na transmissão dos eventos vinculados ao eSocial nos dias que antecedem o prazo final.

Status: Ainda há morosidade, mas devido aos alertas feitos pela Fenacon, melhorou bastante.

20- Problemas na mudança de perfil ao acessar ao ambiente do eSocial.

Status: Parcialmente atendido.

21- Desobrigação da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf). A Fenacon defende a eliminação ou a fusão com outra escrituração já existente.

Status: Em estudo.

22- Adiamento da entrada dos eventos de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) na plataforma do eSocial.

Status: Aprovado até 2021.

23 - Segurança da Informação. A Fenacon defende a restrição de acesso a informações sigilosas no ambiente do eSocial.

Status: Pleito atendido parcialmente.

24- Verificação do cronograma de entrada da DCTFWeb.

Status: Atendido em 2019 e 2020.

25- Aplicação da Fiscalização Orientativa.

Status: Pleito atendido.

26- Publicidade por parte do governo sobre a importância e obrigatoriedade do eSocial.

Status: Melhorou, mas há espaço para avançar.

27- Capacitação sobre o eSocial

Status: Melhorou, mas há espaço para avançar.

28- Maior clareza, diálogo e prazo para as empresas de TI desenvolverem as adequações nos softwares para acomodarem as mudanças no eSocial

Status: Atendido. Houve muitos pontos de melhora.

29- Comunicação antecipada às empresas de TI sobre as mudanças no eSocial a serem implementadas.

Status: Ainda ocorrem “surpresas”, mas a comunicação melhorou bastante.

30- Extinção do Siscoserv

Status: Plenamente atendido.

Em abril de 2019, a Fenacon voltou a solicitar melhorias no sistema junto à Receita Federal, como mostra reportagem na revista da federação.

“Entre as demandas apresentadas estão a lentidão na transmissão dos dados nos dias que antecedem o prazo final; a aplicação da fiscalização orientativa na primeira constatação de irregularidade, omissão ou erro de transmissão dos dados; e a necessidade de se promover campanhas publicitárias e informativas nas diversas redes de comunicação do país, explicando e esclarecendo as inúmeras dúvidas das empresas para adequarem suas práticas e rotinas às regras do eSocial.”

À época, *Approbato* resumiu a intenção da Fenacon:

“Apresentamos sugestões técnicas e que vão aprimorar o andamento do projeto do eSocial. A nossa atuação é para construir, em conjunto, um projeto de melhoria do ambiente de negócios para o País, com estabilidade e segurança para o Fisco e para o contribuinte.”

“Quando eu era presidente do Sescon-SP, o Paulo Skaf, presidente da Fiesp, nos chamou falando de uma queixa de empresários italianos sobre a falta de definições mais assertivas de alguns empresários de contabilidade brasileiros. Ele perguntou se eu tinha como ajudar nesse sentido. Na época, estava acontecendo a Expo Milão, então enviamos uma comitiva técnica para iniciar essa aproximação e entender como funcionava o mercado lá e explicar como funcionava o mercado aqui.”

Em editorial na revista da Fenacon à época, Approbato escreveu:

“Atravessar as fronteiras nacionais não é tarefa das mais fáceis, exige planejamento e organização, mas é uma demanda latente que ganha destaque no universo do empreendedorismo. Ter uma entidade representativa forte ao lado do empreendedor que intenciona expandir seu mercado pode garantir mais segurança e tranquilidade.”

“O nosso objetivo principal é criar uma rede mundial de contadores para que esses profissionais atuem como protagonistas da internacionalização. Afinal, profissionais e empresários da contabilidade têm a informação e o conhecimento necessários para orientar e atuar como consultores desse processo. Caminhamos com as tendências e demandas mundiais, oferecendo suporte e qualificação. E, certamente, o programa vai garantir muitas oportunidades, experiências e frutos positivos nas economias dos países parceiros.”

As empresas inscritas no programa passam por um processo de qualificação de seus colaboradores, com cursos voltados para gestão de negócios e consultoria internacional. Approbato explica que para decidir cruzar a fronteira, além de estar com a equipe afinada, é preciso considerar questões como riscos de mercado, idioma, cultura, questões legais e fiscais e hábitos diferentes.

Assim o atual presidente da federação, Sérgio Approbato, explica a gênese do International Desk, o programa de relacionamento internacional lançado ainda quando era presidente do sindicato paulista e que ele trouxe para a Fenacon em novembro de 2019. O objetivo do programa é fazer uma conexão entre empresários de contabilidade brasileiros com seus pares de outros países, promovendo um networking mundial de empresas que trabalham com a inteligência contábil. Uma rede mundial de empresas do setor para facilitar negócios internacionais

Segundo Approbato, as principais dúvidas de investidores estrangeiros quando chegam a uma cultura diferente são as questões fiscais e tributárias daquele país.

“São as empresas contábeis que conhecem nos detalhes as questões tributárias e as burocracias a serem enfrentadas para que uma empresa estrangeira faça negócio no Brasil. São os profissionais e empresários da contabilidade que podem oferecer orientação e suporte, além de atuar como consultores desse processo.”

A viagem à Itália gerou um protocolo de intenções e deu luz à plataforma digital www.internationaldesk.net, voltada para facilitar a realização de negócios com o mercado externo. A ideia se espalhou para outros países, como Argentina, Uruguai e Canadá. Quando Approbato lançou o International Desk no âmbito da Fenacon, o Brasil já atravessava uma forte crise econômica e a internacionalização dos negócios era uma alternativa para expandir o mercado, gerar empregos, aumentar a competitividade e fortalecer a empresa nacional e internacionalmente.



Sérgio Approbato Machado Júnior



#26

O FENACONPREV

Sistema de previdência privada para a classe contábil une qualidade da Fenacon à tradição do Sebrae
Novembro de 2019

Presidente Sérgio Approbato Machado Júnior

Em novembro de 2019, a Fenacon deu um importante passo para afinar a parceria com os empresários associados aos seus sindicatos. Durante a realização da 18ª edição da Conescap, em Vitória, no Espírito Santo, a federação apresentou seu plano de previdência privada, o FenaconPrev. Sem custo de carregamento, o plano chegou com taxa de administração de apenas 0,9% ao ano, uma das melhores no mercado à época. Ainda disponível para adesão e com crescimento sustentável nos últimos anos, tem adesão 100% digital, não tem valor mínimo de contribuição e oferece seguro opcional de invalidez ou morte.

Sérgio Approbato Machado Júnior, presidente da Fenacon, conta que os participantes – ligados direta ou indiretamente ao Sistema Fenacon – passaram a ter acesso a uma estratégia de investimento inovadora, por meio de uma parceria da federação com o Sebrae Previdência.

“Eles [Sebrae] nos procuraram e fizeram a proposta para lançar uma previdência complementar, devido à capilaridade que nós temos e nossa integração com a sociedade. Afinal, temos acesso a 98% das empresas brasileiras! Pensamos nos critérios, nas inovações e nos diferenciais de mercado. Por não serem uma instituição financeira, eles não visam o lucro. E isso é muito interessante, porque há uma série de taxas não cobradas, tornando o plano muito atrativo e com ótimo retorno para as aplicações.”

Approbato lembra que em 2019, a taxa Selic vinha caindo, assim como os juros, tornando as aplicações tradicionais menos atrativas.

“Além disso, foi o ano da reforma da previdência. Era o momento certo para lançar um plano de previdência, trazendo para o nosso público a cultura de reserva de dinheiro. Com a preocupação de garantir este benefício aos nossos associados, fizemos uma importante parceria com o Sebrae, essa entidade forte, tradicional e de extrema qualidade. Com isso, montamos um produto especificamente para a parceria, unindo a qualidade da Fenacon à tradição do Sebrae Previdência.”

O FenaconPrev, aberto também para familiares e amigos do público ligado ao Sistema Fenacon, possibilita acesso aos melhores fundos de investimentos disponíveis no mercado, inclusive no exterior. Tudo é feito com um criterioso processo de seleção, permitindo alocação equilibrada e diversificada para garantir melhor retorno associado com os benefícios tributários.



18ª Conescap

A 18ª Conescap, realizada entre 13 e 15 de novembro de 2019, em Vitória, no Espírito Santo, reuniu mais de 2 mil participantes (recorde de público), ofereceu 27 palestras e entrou para a história ao apresentar três novos programas do Sistema Fenacon: o International Desk, único portal internacional a conectar empresas de todas as atividades econômicas no mundo, por meio do contador, o FenaconPrev, plano de previdência complementar criado por meio de parceria com o Sebrae Previdência, e o Clube +Fenacon, um programa de descontos que nasceu com mais de 400 empresas parceiras.



18ª Conescap

#27

O CLUBE +FENACON

*Com mais de 800 empresas parceiras, programa dá benefícios exclusivos para associados, familiares e amigos
Novembro de 2019*

Presidente Sérgio Approbato Machado Júnior

Um programa de benefícios e descontos exclusivos com mais de 800 empresas parceiras oferecendo descontos e promoções em produtos e serviços de diversos segmentos para todos os associados ao sistema Fenacon Sescap/Sescon. Essa é a proposta do Clube +Fenacon (clubemais.com.vc), lançado também durante a 18ª Conescap, em novembro de 2019. Para o presidente da federação, Sérgio Approbato Machado Júnior, o programa, aberto inclusive para os clientes das empresas de contabilidade, estreitou ainda mais a relação da Fenacon com os associados em todo o Brasil.

“O Clube +Fenacon é o parceiro nos momentos de lazer, educação e bem-estar. Foi pensado para proporcionar mais economia ao orçamento. Oferece vantagens e benefícios inovadores para todos os envolvidos com o Sistema Fenacon.”

Disponível nas principais lojas de aplicativos, o Clube +Fenacon está organizado em categorias, como tecnologia, alimentação, certificação digital, cultura, negócios, saúde e veículo. Pode ser utilizado por filhos, pais, cônjuges e amigos dos associados em farmácias, restaurantes, hotéis, cinemas, lojas (físicas e online), cursos de idiomas e até em universidades.





#28

A NOVA IDENTIDADE VISUAL

Nova logomarca veio acompanhada de um site totalmente renovado, da TV Fenacon e de uma maior presença nas redes sociais

Dezembro de 2020

Presidente Sérgio Approbato Machado Júnior

Em dezembro de 2020, a Fenacon concluiu a remodelação de sua identidade visual. O objetivo foi unificar o nome da federação por meio de uma logomarca moderna com cores padronizadas. Com isso, a ideia de “uma só federação” entrou em prática. A nova identidade passou a ser utilizada nos 38 Sescs e Sescaps. “A adesão foi de quase 100%”, comemora Approbato.

“Estamos passando por um período repleto de evolução e inovação. Unificar a nossa marca significa reforçar a nossa presença em todo o território nacional e fortalece a nossa missão, visão e valores junto às categorias representadas.”

A cara rejuvenescida da federação veio de mãos dadas com o lançamento do novo site. “Tornamos nossa página na internet um portal com um conteúdo de altíssima relevância e alcançamos 80 mil acessos mensais.”

“As 63 categorias econômicas representadas pela Fenacon, os empreendedores e a sociedade navegam de forma muito simples e prática por toda a estrutura do site. Foram incluídas novas funcionalidades, com informações a respeito da reforma tributária, atuação legislativa e as ações que vem contribuindo com o setor produtivo durante o enfrentamento da Covid-19.”

Nos últimos dois anos, a Fenacon também aumentou sensivelmente sua presença nas redes sociais, com forte atuação no Facebook, no Instagram, no LinkedIn e no You Tube. A TV Fenacon, criada na atual gestão, tornou-se referência no setor contábil ao trazer na programação das quartas-feiras, batizada de Fenacon Talks, entrevistados como o jurista e advogado Ives Gandra Martins, que em conversa com Approbato deu uma aula sobre reforma tributária. Entre outros entrevistados de peso, passaram pelo Fenacon Talks o senador Jorginho Mello (PL-SC), Arthur Igreja, especialista em tecnologia e inovação disruptiva, o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), relator da PEC 110 no Senado, e o procurador aposentado Carlos Fernando dos Santos Lima, ex-integrante da Lava-Jato Curitiba.

Assista à TV Fenacon

Semana no Congresso Nacional – Sextas-feiras, 12h

Fenacon Talks – Quartas-feiras, 17h

Especial Reformas Tributária e Administrativa –

Quintas-feiras, 14h

Especial LGPD – 1 vídeo por semana

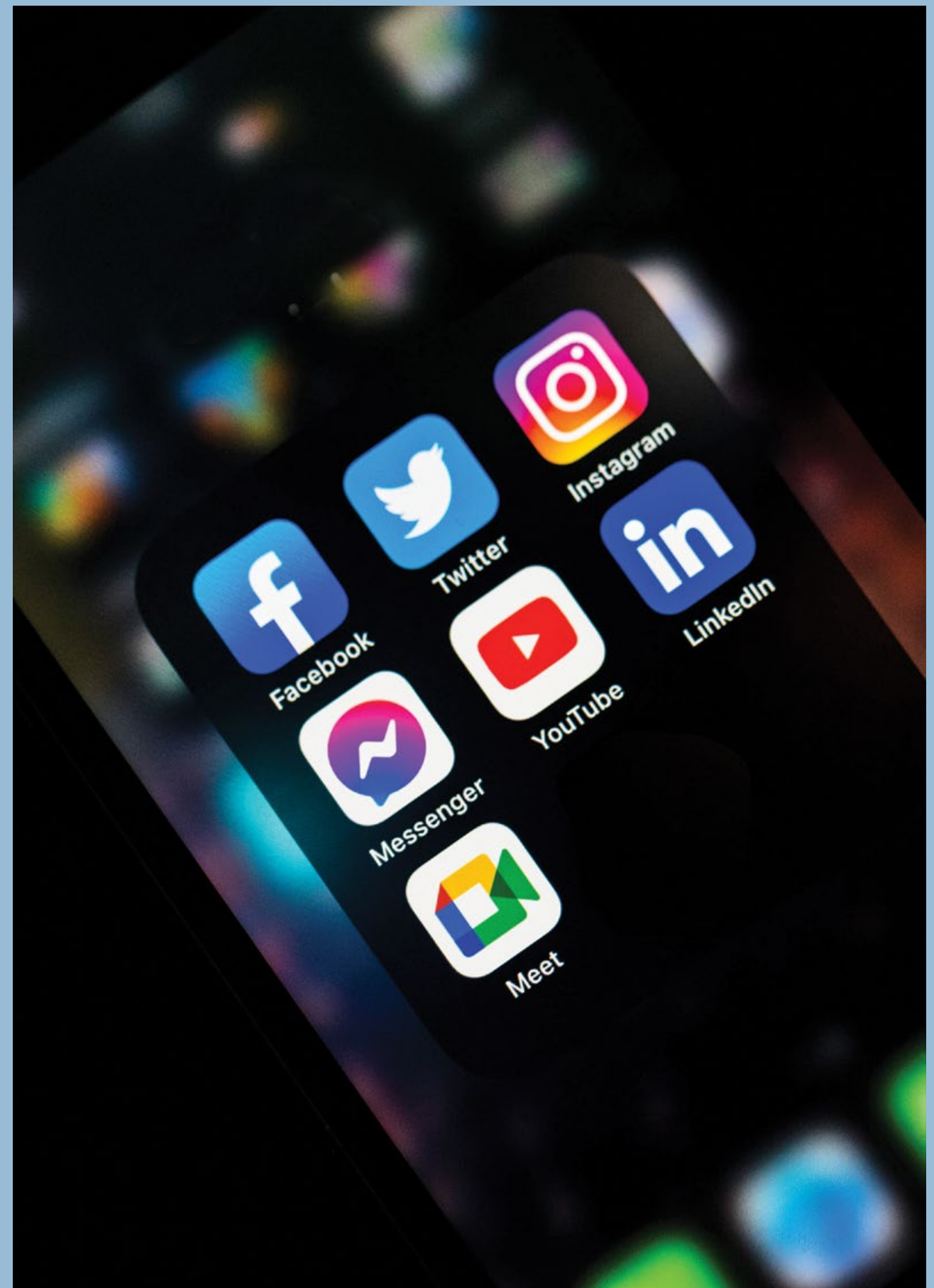
Siga a Fenacon nas redes sociais

Facebook: @sistemafenacon

Instagram: fenacon_oficial e institutofenacon

LinkedIn: fenacon

You Tube: Sistema Fenacon



#29

O MANIFESTO CONTRA AS EMPRESAS DE SST NO ESOCIAL

Federação defende que eventos de Saúde e Segurança do Trabalho não devem fazer parte do escopo da classe contábil
Setembro de 2021

Presidente Sérgio Approbato Machado Júnior

Uma das 30 sugestões para a desburocratização do ambiente de negócios feitas pela Fenacon ao governo em 2019 (veja fato #25) foi o adiamento da entrada dos eventos de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) na plataforma do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

A federação defendia - e ainda defende - não haver justificativa para que uma empresa contábil se envolva em uma tarefa fora de seu escopo de atuação. "A transmissão das informações é realizada por certificado digital em nome de profissional contábil, regido por normas contábeis, área técnica que não possui familiaridade ou conexão com Saúde e Segurança de Trabalho", justifica Wilson Gimenez, vice-presidente administrativo da federação.

O conselho da Fenacon foi atendido pelo governo já em 2019 e vigorou durante os dois anos seguintes. Em 2022, no entanto, há a perspectiva da inclusão das empresas de SST no eSocial, manobra contra a qual a federação segue lutando. Em setembro de 2021, um manifesto elaborado pelos especialistas da entidade foi encaminhado à Receita Federal, ao Ministério do Trabalho e Emprego e ao Grupo de Trabalho Confederativo do eSocial. O ofício foi enviado também ao Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Crea). Diz trecho do manifesto:

"Esse tipo de trabalho nunca foi e nunca estará no escopo de serviços que as organizações contábeis prestam aos seus clientes. Embora as organizações contábeis processem as folhas de pagamentos de salários de mais de 97% das empresas brasileiras, nunca foi função desse segmento se envolver nas obrigações pertinentes à SST. Esta importante tarefa sempre foi realizada na íntegra por prestadores de serviços especializados, cuja responsabilidade técnica é exclusivamente atribuída a profissionais médicos e engenheiros, cujo serviço é contratado diretamente pelas empresas, sem nenhum envolvimento das organizações contábeis neste processo."





“(…) É salutar esclarecer que Saúde e Segurança do Trabalho é escopo de trabalho de CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Serviço Especializado em Engenharia e em Medicina do Trabalho (SESMT), regulamentada pela NR-5 do Ministério do Trabalho e Previdência, atividade que em nada se confunde com a da área contábil.”

Uma vez conscientizado da necessidade de solucionar a questão, o corpo técnico do eSocial criou “perfis de acesso” para agentes específicos nos processos do eSocial. Ficou claro que esse meio afastaria totalmente o envolvimento das organizações contábeis no processo e habilitaria inteiramente as prestadoras de serviço de SST a gerarem e a transmitirem os seus eventos de forma segregada, o que, naquele momento, atendeu o pleito da Fenacon.

No manifesto, a federação pondera que, caso couber ao empresário contábil as incumbências de transcrever textos produzidos por médicos e engenheiros relativos aos dados sensíveis pertinentes aos eventos relativos à SST, a transmissão com os seus respectivos certificados digitais pode incorrer em responsabilização civil.

“Poderão arcar com penalidades indevidas, e, em alguns casos, podendo até ser considerado como exercício ilegal da profissão, motivo pelo qual repudiamos a tentativa de cogitar essa vontade por parte dos agentes de mercado.”

Após um texto propositivo, o manifesto é finalizado com uma postura conciliadora, como é praxe na conduta da Fenacon.

“As responsabilidades de cada um dos entes envolvidos nos processos e envios do eSocial precisam ser definitivamente esclarecidas e assumidas para que o sistema como um todo funcione harmonicamente e sem improvisos. Para tanto, a Fenacon se coloca integralmente à disposição para contribuir com essa aproximação, almejando sempre dirimir eventuais conflitos, a prosperidade e perenidade do eSocial, bem como a melhora do ambiente de negócios do nosso País.”



#30

A LIDERANÇA PARA MITIGAR OS EFEITOS DA PANDEMIA

Ao falar com profundo conhecimento de causa com autoridades das três esferas, federação foi parceira essencial das empresas durante a crise 2020

Presidente Sérgio Approbato Machado Júnior

No dia 19 de março de 2020, apenas oito dias após a Organização Mundial de Saúde considerar o surto de coronavírus uma pandemia mundial, a Fenacon enviou um documento endereçado ao Secretário da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto. O ofício, registrado como 26/2020, continha uma série de recomendações urgentes para a mitigação dos impactos da crise nas micro e pequenas empresas. A federação agiu rápido ao sugeriu uma lista de ações para postergar as obrigações principais e acessórias e reemitir multas.

Assinado pelo presidente Sérgio Approbato Machado Júnior, a entidade esclarece no documento que os pedidos foram elaborados com elevados critérios técnicos por uma instituição que atende de forma direta mais de 90% das empresas brasileiras, operacionalizando todas as obrigações previstas nas esferas federal, estadual e municipal.

“Pela relevância de nossos trabalhos junto a todas categorias econômicas, por conhecer de perto os problemas enfrentados no dia a dia pelo empreendedorismo nacional e mediante o cenário trágico que nosso País atravessa em razão da propagação da covid-19, com diversos empresários já afetados pelo fechamento de seus estabelecimentos ou queda abrupta de seus negócios, a Fenacon vem, por meio desta, pleitear ações urgentes que devem ser adotadas para proteger o empreendedorismo brasileiro, em especial as micro e pequenas empresas, mais vulneráveis aos contratemplos, contra a imposição de penalidades pela impossibilidade de cumprimento tempestivo das obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas.”



A cirúrgica reação da Fenacon foi apenas o primeiro dos movimentos enérgicos levados adiante pela federação ao longo da crise causada pela pandemia. O departamento jurídico da instituição, por exemplo, dedicou-se a preparar documentos para explicar as inúmeras medidas adotadas pelo Governo Federal. Com intuito de responder às questões trabalhistas, tributárias, civis e comerciais, os advogados da Fenacon também abriram um canal direto com empresas e sindicatos por meio do endereço eletrônico assessoriajuridica@fenacon.org.br.

A Fenacon elaborou ainda um e-book para disseminar informações das medidas trabalhistas tomadas pelo Governo, como o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, instituído pela Medida Provisória 936, de 1º de abril de 2020. O material preparado pelos técnicos da federação explica as providências que podem ser adotadas pelas empresas para manter o quadro de funcionários.

As solicitações da Fenacon não demoraram a ser atendidas. Já em 1º abril de 2020, a Receita Federal anunciou a prorrogação do prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física por 60 dias. No dia 3 do mesmo mês, também contemplando um pedido da federação, a Receita Federal prorrogou o prazo para pagamento dos tributos no âmbito do Simples Nacional. O adiamento variou de três a seis meses.

Entre os outros pleitos sugeridos pela Fenacon e atendidos pelo governo, destaque para a postergação do limite para apresentação da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) e da Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-Simei), referentes ao ano calendário 2019. Houve ainda o adiamento da apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições).

Ainda em abril, no dia 7, em reunião por videoconferência com Tostes Neto, da Receita Federal, os representantes da Fenacon, preocupados com os desafios impostos pela atual crise, requerem “não só criatividade e inovação, mas especialmente bom senso nas ações a serem tomadas nos próximos meses de isolamento social”. A Fenacon aproveitou a oportunidade para reiterar alguns pedidos, mas também para agradecer pelo atendimento parcial das solicitações já feitas.

No comando da reunião, o presidente da Fenacon, Sérgio Approbato Machado Júnior, reiterou que a federação conhece de perto os problemas enfrentados no dia a dia pelo empreendedorismo nacional e trabalha em consonância com a missão de atuar diretamente em prol de políticas públicas que garantam mais desenvolvimentos às empresas brasileiras, sobretudo as micro e pequenas, mesmo diante do momento da crise mundial. Approbato acrescentou que a entidade seguia atenta às mudanças de cenário de saúde e poderia adotar e sugerir outras medidas de mitigação de impactos a qualquer momento. Em uma mensagem de esperança, o presidente concluiu: “Apesar do momento de tensão, temos a certeza de que em breve superaremos essa difícil situação.”

Trecho do manifesto contras as empresas de SST no eSocial.

Em maio, em mais uma conquista da federação, o Ministério da Economia, prorrogou os prazos de vencimento de parcelas mensais relativas aos programas administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Em paralelo às conquistas junto ao governo, a federação seguiu organizando ações para troca de experiências no momento mais dramático da história da economia brasileira. Em 26 de junho de 2020, por exemplo, a federação reuniu mais de 130 pessoas em um seminário virtual para discutir estratégias de enfrentamento da crise.



A transformação da UniFenacon

Apesar de oferecer diversos cursos presenciais, o foco maior da UniFenacon sempre foi o ensino a distância, permitindo a participação de alunos de todas as regiões do País. Segundo seu presidente, Márcio Massao Shimomoto, o confinamento provocado pela pandemia do coronavírus trouxe desafios imensos à universidade, que rapidamente se adaptou à nova realidade e ampliou sua oferta de cursos on-line.

“Com a impossibilidade de as pessoas fazerem cursos presenciais – e todos sabemos que a nossa profissão é dependente de capacitação, por ser muito dinâmica, mudar rapidamente, ainda mais com as alterações trazidas pela pandemia –, a UniFenacon teve que se adaptar. Nos já oferecíamos cursos totalmente gravados, por videoconferência. E isso se casou muito bem com o novo momento. Mas com nosso espírito colaborativo e do cunho social que o instituto tem, passamos a disponibilizar vários cursos gratuitos para que as pessoas pudessem se capacitar no conforto e na segurança de seus lares ou de seus escritórios.”

Atualmente, a UniFenacon oferece inúmeros cursos voltados principalmente às áreas administrativa, financeira e contábil das empresas. Os cursos on-line são apresentados por vídeo, jogos, simuladores, trilhas de aprendizagem, entre outros recursos.

Avanços no Certificado Digital

Shimomoto conta que a Certificação Digital também precisou passar por mudanças importantes a fim de se adaptar às necessidades trazidas pela pandemia.

“Veio o desafio de desenvolver um aplicativo que utilizasse a certificação digital com o mesmo padrão de segurança para que pudessem ser feitas assinaturas de contratos sociais e de todos os documentos que um escritório de contabilidade faz a gestão, como contratos de prestação de serviço, contratos de aluguéis, contratos sociais, atas de reuniões. Tudo isso feito por meio de um aplicativo e assinado por meio de certificado digital, possibilitando nesse momento de pandemia que as pessoas continuassem realizando negócios e fechando contratos sem a necessidade de se encontrar.”

O Certificado Digital, diga-se, já tinha sido valorizado durante o início da gestão de Approbato. Shimomoto diz que houve uma maior independência da Fenacon em relação à Certisign para a emissão do documento.

“Isso nos permitiu criar produtos e modelos de negócios. Conversamos com todos os sindicatos para que estivessem conosco e pudéssemos ter uma única certificadora do Sistema Fenacon. E agora temos esta unicidade: praticamente os 38 sindicatos trabalhando com o Certificado Digital da Fenacon.”

Em 2021, a Fenacon teve uma participação ativa na elaboração do relatório Doing Business, principal instrumento para comparação das 190 maiores economias do mundo. Por meio de uma metodologia repetida em todos os países, o Banco Mundial consegue comparar como cada nação lida com temas relativos à atividade empresarial.

A pesquisa apresenta indicadores quantitativos em 12 áreas, tais como obtenção de crédito, registro de propriedade e pagamento de impostos. Trata-se, portanto, de um dos projetos mais importantes da instituição financeira e uma ferramenta fundamental para empresas definirem o destino de seus investimentos. Grandes organizações utilizam o levantamento para decisões estratégicas.

Para a edição mais recente do relatório, o presidente da Fenacon, Sérgio Approbato Machado Júnior, foi convidado pelo Banco Mundial para falar sobre a reforma tributária brasileira. “O convite de uma instituição desse tamanho mostra a importância e a influência da Fenacon em temas de extrema relevância para a economia do País”, diz Approbato.

Ao lado de seu vice-presidente administrativo, Wilson Gimenez, Approbato também foi convidado para acompanhar o lançamento do relatório Doing Business Subnacional Brasil 2021, em 15 de junho. A pesquisa detalhou o ambiente de negócios nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal e mediu a regulamentação das atividades de pequenas e médias empresas em cinco áreas: abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, registro de propriedades, pagamento de impostos e execução de contratos.

Devido à pandemia causada pelo coronavírus, a 19ª Conescap, que aconteceria em novembro de 2021, foi adiada para fevereiro do ano seguinte.

Apesar do momento delicado da economia brasileira, o evento já está totalmente vendido com o patrocínio de empresas que procuraram a federação em busca de parcerias. O mote da próxima edição será o comprometimento digital. Entre as atrações previstas, está a participação de 45 start-ups que apresentarão suas ideias inovadoras no setor contábil.

Galeria dos Presidentes FENACON



Annibal de Freitas
1991 a 1994



Irineu Thomé
1995 a 1997



Carlos José de Lima Castro
2004 a 2007



Valdir Pietrobon
2007 a 2010 e 2010 a 2013



Eliel Soares de Paula
1998 a 2000



Pedro Coelho Neto
2001 a 2004



Mário Elmir Berti
2014 a 2018



Sérgio Approbato Machado Júnior
2018 a 2022

Sindicatos Filiados

- 1. SESC/AP/ACRE** – Av. Ceará, 1158, Centro, Sala: 204, Capoeira, Rio Branco, AC, 69905-000;
- 2. SESC/AP/ALAGOAS** – Rua Rivadavia Carnaúba, 880, Empresarial Belo Horizonte, sala 107, Pinheiro, Centro, Maceió, AL, CEP: 57.057-260;
- 3. SESC/AP/AMAPÁ** – Avenida Feliciano Coelho, 1989, Santa Rita, Macapá, AP, CEP: 68.901-285;
- 4. SESC/AP/AMAZONAS** – Cond. Amazonas Flat, Av. Djalma Batista, 3000, Sala 23, Parque Dez de Novembro, Manaus, AM CEP: 69.055-038;
- 5. SESC/AP/BAHIA** – Av. Antonio Carlos Magalhães, 2573, Sl. 1205 - 1208, Ed. Royal Trade, Candeal de Brotas, Salvador, BA, CEP: 40.280-902;
- 6. SESC/AP/BLUMENAU** – Rua 15 de Novembro, 759, Sl. 403 a 405, Centro, Edifício Hering, Blumenau, SC, CEP: 89.010-902;
- 7. SESC/AP/SERRA GAÚCHA** – Rua Ítalo Victor Bersani, 1134, Jardim América, Caxias do Sul, RS, CEP: 95.050-520;
- 8. SESC/AP/CEARÁ** – Rua Eduardo Sabóia, 399, Papicu, Fortaleza, CE, CEP: 60.175-145;
- 9. SESC/AP/DISTRITO FEDERAL** – SCS, Quadra 02, Bl B, Edifício Palácio do Comércio, 3º Andar, Salas 310 - 311, Brasília, DF, CEP: 70.318-900;
- 10. SESC/AP/ESPÍRITO SANTO** – Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 99, Ed. Esplanada Beira Mar, Térreo, Centro, CEP: 29.010-330
- 11. SESC/AP/GOIÁS** – Rua 107, 23, Setor Sul, Goiânia, GO, CEP: 74.085-060;
- 12. SESC/AP/GRANDE FLORIANÓPOLIS** – Avenida Rio Branco, 533, 7º Andar, Centro, Florianópolis, SC, CEP: 88.015-201;
- 13. SESC/AP/LONDRINA** Rua Piauí, 72, 2º andar, Condomínio Itamaraty, Londrina/PR, CEP: 86.010-420;
- 14. SESC/AP/MARANHÃO** – Av. dos Holandeses, 18 Sala 07, Centro Comercial Fecomércio, Calhau, São Luiz, MA, CEP: 65.071-380;
- 15. SESC/AP/MATO GROSSO DO SUL** – Rua Eduardo Santos Pereira, 1550, Sala 12, Cruzeiro, Campo Grande, MS, CEP: 79020-170;
- 16. SESC/AP/MATO GROSSO** – Travessas do Rosário (Roza), 47, Lixeira, Cuiabá, MT, CEP: 78.008-585;
- 17. SESC/AP/MINAS GERAIS** – Avenida Afonso Pena, 748, 24º andar, Centro, Belo Horizonte, MG, CEP: 30130-003;
- 18. SESC/AP/PARÁ** – Avenida Presidente Vargas, 158, Edifício Antônio Martins Junior, 11º andar, sala 1101, Belém, PA, CEP: 66.010-000;
- 19. SESC/AP/PARAÍBA** – Av. João Machado, 849, sala 401, Centro, João Pessoa, PB, CEP: 58013-520;
- 20. SESC/AP/PARANÁ** – Rua Marechal Deodoro, 500, Edifício Império, 11º andar, Curitiba, PR, CEP: 80010-911;
- 21. SESC/AP/PERNAMBUCO** – Rua José Aderval Chaves, 78, Sala 407/8, 4º andar, Boa Viagem, Recife, PE, CEP: 51.111-030;
- 22. SESC/AP/PIAUI** – Avenida José dos Santos e Silva, nº 2090, sala 102, centro-sul, Teresina, PI, CEP: 64.001-300;
- 23. SESC/AP/CAMPOS GERAIS** – Rua Comendador Miró, 860, 2º andar, Centro, Ponta Grossa, PR, CEP: 84.010-160;
- 24. SESC/AP/RIO DE JANEIRO** – Avenida Passos, 120, 7º Andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20.051-040;

- 25. SESC/AP/RIO GRANDE DO NORTE** – Rua Romualdo Galvão, 470, Barro Vermelho, Natal/RN, CEP: 59.022-100;
- 26. SESC/AP/RIO GRANDE DO SUL** – Rua Augusto Severo, 168, São João, Porto Alegre, RS, CEP: 90.240-480;
- 27. SESC/AP/RONDÔNIA** – Rua Abunã 2774, Liberdade, Porto Velho, RO, CEP: 76.803-888;
- 28. SESC/AP/RORAIMA** – Rua Jair Alves dos Reis, 118, Jardim Floresta, Boa Vista, RR, CEP: 69.312-148;
- 29. SESC/AP/SANTA CATARINA** – Av. Dr. Albano Schulz, 815, Edifício Aeon Business Le Village, 1º andar, Centro, Joinville, SC, CEP: 89.201-220;
- 30. SESC/AP/SÃO PAULO** – Av. Tiradentes, 960, Luz, São Paulo, SP, CEP: 01.102-000;
- 31. SESC/AP/SERGIPE** – Rua Jacintho Uchôa de Mendonça, 126, Grageru, Aracaju, SE, CEP: 49.026-160;
- 32. SESC/AP/SUDOESTE GOIANO** – Rua Fortunato de Castro, Q. 83, Lotes 01/12, Setor Morada do Sol, Rio Verde, GO, CEP 75.908-720;
- 33. SESC/AP/SUL FLUMINENSE** – Rua Orozimbo Ribeiro, 14, Salas 201 a 203, 2º Andar, centro, Barra Mansa/RJ, CEP: 27.330-420,
- 34. SESC/AP/TOCANTINS** – Q.403 SUL ACSV-SO 41, Lote 18, sala 06, Pista antigo aeroporto, Palmas, TO, CEP 77.020-580;
- 35. SESC/AP/TUPÃ** – Rua Chavantes, 802, Centro, Tupã, SP, CEP:17.600-430;
- 36. SESC/AP/BAIXADA SANTISTA** – Av. Conselheiro Nébias, 592, Boqueirão, Santos, SP, CEP: 11.045-002;
- 37. SESC/AP/CAMPINAS** – Rua Prof. Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, 1815, Pq. Rural Faz. Sta. Cândida, Campinas, SP, CEP: 13.087-571.
- 38. SESC/AP/SUL/SANTA CATARINA** – Rua Antonio Cardoso De Aguiar, 327, Bairro Prospera, Criciúma, SC. CEP: 88.813-013.





FENACON

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS
CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,
PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS



Expediente

Diretoria

Presidente - Sergio Approbato Machado Junior
Vice-Presidente Institucional - Daniel Mesquita Coêlho
Vice-Presidente Administrativo - Wilson Gimenez Junior
Vice-Presidente Financeiro - Paulo Bento
Vice-Presidente da Região Sul - Mauro Cesar Kalinke
Vice-Presidente da Região Sudeste - Jacintho Soella Ferrighetto
Vice-Presidente da Região Centro-Oeste - Francisco Pereira Gonçalves
Vice-Presidente da Região Nordeste - André Luis Lago Martinez
Vice-Presidente da Região Norte - Maria Cristina de Souza Gonzaga
Diretor Administrativo - Fernando Baldissera
Diretor Financeiro - Rinaldo Araujo Carneiro
Diretor de Eventos, Social - Celestino Oscar Loro
Diretor de Tecnologia da Informação - Helio Cezar Donin Junior
Diretor de Políticas Estratégicas - Pedro Celso de Paiva
Diretor de Comunicação - Francisco Canindé Lopes
Diretor de Assuntos Jurídicos - Ricardo Roberto Monello
Diretor de Assuntos Leg, Inst. Sind e do Trabalho - Diogo Ferri Chamun
Diretor de Educação e Cultura - Albérico Xavier de Morais Pinto
Diretor de Relações Internacionais - Guilherme Bottrel Pereira Tostes

Colaboradores

Gerente Geral - Josué José Tobias
Assessoria Jurídica - Carina Ribeiro Bassan
Assessoria Jurídica - Keila Thiemy Oliveira Saito
Comunicação - Samara Naiane Neres da Silva
Comunicação - Fernando Olivan Vieira
Comunicação - Renato Pereira Nagano
Comunicação - Grazielle Ferreira Pinheiro
Comunicação - Maria Cecília da Silva Lima
Assessoria parlamentar - Daiane Leopoldino Rodrigues
Secretária - Gleisiâne Cabral de Sousa
Administrativo - Nelice Rodrigues de Souza
Administrativo - Rosângela Rosa da Silva Santos
Transporte - Elcio Freire da Costa
Controladoria - Reginaldo Ribeiro Rodrigues
Financeiro - João Paulo Maia Gil
Financeiro - Anderson Marques de Oliveira
Aprendiz - Elias Samuel Alves dos Santos
Aprendiz - Luiz Fellipe Souza Marques
Administrativo - Maria Eduarda Pereira de Sousa
Contábil - Isevane de Jesus Silva
Serviços Gerais - Iraci Cordeiro dos Santos
Recursos Humanos - Wesley Martins Nazario Lopes
Departamento Pessoal - Adriana Regis de Sousa Gomes
Educação - Mayara Dantas de Oliveira
Aprendiz - Thatiane Borges Fernandes de Sousa

Inbook Editora

Editor e Diretor: Claudio Schleder
Textos: Henrique Skujis
Revisão de texto: Linotec
Diretor de Arte: Thiago Felizzola
Diretora Financeira: Tábata Schleder
Colaboradora: Dayane Rodrigues
Impressão e Acabamento: Piffer Print

© FENACON – 2022. Todos os direitos reservados.

Conselho Fiscal Efetivo

Ronaldo Marcello Hella
Leomir Antonio Minozzo
Julio Linuesa Perez

Conselho Fiscal Suplente

Carlos Augusto Carvalho Mapurunga
Roberto Pereira da Silva
Guadalupe Machado Dias

Diretores Suplentes

Marcos Antonio de Oliveira
José Dini Filho
Natalício Gomes Silva
José Eduardo da Silva
Eder Miranda
José Soares Belido
Edivaldo Mendonça Souza
Aguinaldo Mocelin
Jaime Junior Silva Cardozo
Jefferson Pitz
Raimundo Nonato Filho
Gilberto Alves Ribeiro
Joelmarx Silva de Oliveira Sobrino
Susana Souza Santos
Carlos Henrique do Nascimento
Eliés de Paula Soares
Edson Candido Pinto

Delegados Representantes Efetivos CNC

Sergio Approbato Machado Junior
Mário Elmir Berti

Delegados Representantes Suplentes CNC

Valdir Pietrobon
Carlos José de Lima Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Schleder, Claudio
Fenacon: 30 anos / Claudio Schleder. --
São Paulo: Editora Inbook, 2022.

ISBN 978-65-88292-15-0

1. Contabilidade - Brasil - História
 2. Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Brasil)
- I. Título.

22-98918

CDD-331.880981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas 331.880981
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

